

RELATÓRIO DE PESQUISA

**PERFIL DOS GASTOS EDUCACIONAIS
NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Ano base: 2009

BRASÍLIA, FEVEREIRO DE 2012

Realização:



Parceria institucional:



FICHA TÉCNICA**COORDENADOR TÉCNICO**

Raimundo Luiz Silva Araújo

ESTATÍSTICO RESPONSÁVEL

Ronaldo Câmara de Araújo

COORDENADORA ADMINISTRATIVA

Luciane Guimarães de Oliveira Braga

CODIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA NA WEB

Manoel Filho

EQUIPE DE AUXILIARES

Cristina Rocha de Oliveira

Érica Vicente da Silva

Fernanda Rezende Rodrigues Catarina

Gustavo Lopes Calil

Ismael Goulart de Souza Andrade

João Victor de Sena Aragão

Leonardo Lima Esteves

REVISÃO TÉCNICA

Carlos Eduardo Sanches

Flávio Romero Guimarães

Vilmar Klemann

Vivian Ka. Fuhr Melcop

REPRODUÇÃO GRÁFICA

Secretaria Municipal de Educação de São Bernardo do Campo/ SP

Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo/ SP

Diretoria Executiva da Undime – gestão 2009/2011

Presidente: Carlos Eduardo Sanches, Dirigente Municipal de Educação (DME) de Castro/ PR
 Vice-presidenta: Antônia Alves de Sousa Araujo, DME de Coivaras/ PI
 Secretária de Finanças: Flávio Romero Guimarães, DME de Campina Grande/ PB
 Secretário de Coordenação Técnica: Moacir Fecury Ferreira da Silva, DME de Rio Branco/ AC
 Secretária Jurídica: Maria Cecília Amendola da Motta, DME de Campo Grande/ MS
 Secretário de Articulação: Arnaldo Gonçalves da Silva de Queirós Mattoso, DME de Quissamã/ RJ
 Secretária de Comunicação: Célia Maria Vilela Tavares, DME de Cariacica/ ES
 Presidente Região Sul: Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, DME de Florianópolis/ SC
 Presidenta Região Sudeste: Cleuza Rodrigues Repulho, DME de São Bernardo do Campo/ SP
 Presidenta da Região Centro Oeste: Solimara Ligia Moura, DME de Lucas do Rio Verde/ MT
 Presidenta Região Nordeste: Leocádia Maria da Hora Neta, DME de Olinda/ PE
 Presidenta Região Norte: Sandra Helena A. Lima, DME de Mojú/ PA

Diretoria Executiva da Undime – gestão 2011/ 2013

Presidenta: Cleuza Rodrigues Repulho, DME de São Bernardo do Campo/ SP
 Vice-presidenta: Maria Cecília Amendola da Motta, DME de Campo Grande/ MS
 Secretária de Finanças: Antônia Alves de Sousa Araujo, DME de Coivaras/ PI
 Secretário de Coordenação Técnica: Jeconias Ferreira dos Santos, DME de Presidente Figueiredo/ AM
 Secretário de Assuntos Jurídicos: Tércio da Silva Corrêa, DME de Santana/ AP
 Secretária de Articulação: Edna Gonçalves Amorim, DME de Cláudio/ MG
 Secretária de Comunicação: Márcia Adriana de Carvalho, DME de São Francisco de Paula/ RS
 Presidente Região Sul: Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, DME de Florianópolis/ SC
 Presidenta Região Sudeste: Célia Maria Vilela Tavares, DME de Cariacica/ ES
 Presidenta Região Centro-Oeste: Neyde Aparecida da Silva, DME de Goiânia/ GO
 Presidente Região Nordeste: Luiz Valter de Lima, DME de Camaçari/ BA
 Presidenta Região Norte: Odaléa Barbosa de Sousa Sarmiento, DME de Colinas do Tocantins/ TO

Secretaria Executiva da Undime 2012

Secretária Executiva: Vivian Ka. Fuhr Melcop
 Coordenadora Administrativo-financeira: Fátima Soares
 Equipe Administrativa: Cilene Portela, Vilmar Klemann, Gilmara Barros, Ismênia Vianez
 Coordenador de comunicação: Cristiano Oliveira
 Equipe de Comunicação: Nana Cunha, Joana Saraiva, Manoel Filho, Renata Dias, Vanelle Oliveira, Vinícius Evangelista
 Equipe de Logística: José Nilson de Mello e José Maria de Lima

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I ESTABELECIMENTO DE PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE	7
CAPÍTULO II CONCEITOS SOBRE CUSTOS EDUCACIONAIS.....	10
CAPÍTULO III NUMEROS DA PESQUISA, PERFIL DA AMOSTRA E DIFICULDADES.....	14
CAPÍTULO IV APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	18
CAPÍTULO V CONCLUSÃO E SUGESTÕES	29
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	32
ANEXO 1 – Lista dos Municípios da amostra.....	33
ANEXO 2 – Amostra inicial e final da pesquisa.....	40
Anexo 3 – Estimativa por Região.....	41
ANEXO 4 – Texto de apresentação da pesquisa.....	43
ANEXO 5 – Instrumento de pesquisa	46

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa é o resultado de um esforço conjunto da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e Fundação Itaú Social para apurar e sistematizar o perfil dos gastos educacionais nos municípios brasileiros. A intenção é evidenciar esses gastos e, tornando-os públicos, contribuir para um futuro melhoramento na destinação de tais recursos. A pesquisa proporciona a identificação do custo real da Educação Básica em nosso país.

O trabalho em conjunto da Undime, do Unicef e da Fundação Itaú Social representou uma parceria no pleno sentido da palavra. As três instituições somaram-se em busca do objetivo apresentado nesta pesquisa, que nasceu do desejo de mostrar a realidade no emprego das verbas educacionais no setor e apontar soluções para possíveis problemas encontrados.

É uma materialização de um árduo processo de investigação dos gastos dos municípios em educação. Para futuros trabalhos semelhantes, a preservação do conjunto dos parceiros e, até mesmo, a ampliação deste, é essencial.

A par dos reais custos da Educação Básica no Brasil, será possível elaborar políticas públicas mais acertadas e, com isso, diminuir as desigualdades apresentadas no relatório da pesquisa.

É preciso agradecer a todos os dirigentes municipais de educação que contribuíram com esta iniciativa e, de antemão, solicitar o mesmo empenho dos gestores em futuras pesquisas que possam tornar o perfil dos gastos municipais com educação uma importante informação para o planejamento das políticas públicas educacionais.

Cleuza Rodrigues Repulho
Dirigente Municipal de Educação de São Bernardo do Campo/ SP
Presidenta da Undime 2011/ 2013

Carlos Eduardo Sanches
Presidente da Undime 2009/ 2011

INTRODUÇÃO

O presente relatório sistematiza as principais conclusões da pesquisa **Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009**, desenvolvida pela Undime, com o apoio da Fundação Itaú Social e do Unicef.

A pesquisa foi motivada pela constatação de que as informações disponíveis sobre os custos da educação municipal estavam imprecisas. Esta imprecisão indicava uma possível subdeclaração dos dados da educação infantil e da educação de jovens e adultos coletados pelo Siope (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação). Os indicadores municipais construídos pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) comprovavam esta preocupação. Além disso, a ausência de dados desagregados de Creche e Pré-escola dificultava o debate sobre a revisão dos fatores de ponderação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb - Lei 11494/ 07), provocando graves prejuízos para o financiamento da rede municipal.

O primeiro capítulo do relatório discorre sobre a importância de se estabelecer padrões mínimos de qualidade para a Educação Básica, os fundamentos legais e apresenta o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação^{1;2}.

O segundo capítulo reúne os conceitos de custos educacionais utilizados neste relatório, estabelecendo relações com algumas importantes e recentes pesquisas sobre o tema. Também trata da utilização do custo-aluno na política de financiamento da Educação Básica, além de abordar o Siope e alguns de seus limites.

O terceiro capítulo apresenta os principais dados numéricos da pesquisa, como a amostra foi construída, destacando a metodologia aplicada, as dificuldades encontradas e o perfil da amostra.

No quarto capítulo estão os principais dados apurados pela pesquisa.

E, por fim, no último capítulo são exibidas as conclusões e as sugestões para as políticas públicas a partir dos resultados coletados.

¹ A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, neste relatório também denominada como Campanha, é uma rede da sociedade civil que tem por missão atuar pela efetivação e ampliação dos direitos educacionais para que todas as pessoas tenham garantido seu direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade no Brasil. Articula mais de 200 grupos e entidades distribuídas por todo o País. Entre outras conquistas, a Campanha liderou a incidência da sociedade civil na elaboração e regulamentação do Fundeb.

² A Undime integra o comitê diretivo da Campanha desde novembro de 2001.

CAPÍTULO I

ESTABELECIMENTO DE PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE

A Constituição de 1988 determina que todo cidadão, independentemente do município em que resida ou em que rede escolar estude, deve ter direito a uma educação com padrão de qualidade (art. 206, inciso VII). Ao descrever as atribuições da União, no parágrafo 1º do artigo 211, estabelece que a função redistributiva e supletiva deste ente federado deve ser realizada

de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e **padrão mínimo de qualidade** do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. (grifo nosso)

Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9394/ 96) dispõe, no inciso IX do seu artigo 4º, como padrão mínimo de qualidade de ensino “a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. Para tanto, no artigo 74, a LDB estabelece que:

Art. 74. A União, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.

Parágrafo único. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

O Plano Nacional de Educação (Lei 10172/01), que vigorou até dezembro de 2010, reiterou a definição de padrões mínimos de infraestrutura das escolas e de qualificação dos docentes.

Quando da regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb (Lei 11494/ 07) o legislador teve a preocupação de prosseguir na materialização dos objetivos constitucionais e da Lei Orgânica Educacional (a LDB). Assim, uma das atribuições da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, conforme o Art. 13, é “especificar

anualmente as ponderações aplicáveis entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da Educação Básica”, considerando – por sugestão do movimento “Fundeb pra Valer!”³ – o “custo real da respectiva etapa e modalidade e tipo de estabelecimento”. Tal trabalho deverá ser subsidiado por estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep).

Ainda na Lei do Fundeb, em seu artigo 30 está prevista a responsabilidade de o Ministério da Educação realizar “estudos técnicos com vistas à definição do valor referencial anual por aluno que assegure padrão mínimo de qualidade do ensino”.

Apesar de o cumprimento desses dispositivos da Lei do Fundeb não ter avançado, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, em 5 de maio de 2010, o Parecer nº 8/ 2010, tratando dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública e estabelecendo as normas para a aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei 9394/ 96. Para tanto, o Parecer incorporou, em inédita parceria entre o CNE e uma representação da sociedade civil, o estudo do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Para construir o estudo do CAQi, a Campanha desenvolveu pesquisas sobre qualidade na educação⁴; discutiu o Custo Aluno-Qualidade em oficinas⁵ realizadas no período de 2002 a 2005, reunindo em intensos debates especialistas, lideranças da sociedade civil e autoridades governamentais das esferas municipal, estadual e federal; sistematizando todo o debate no livro **Custo Aluno-Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil**⁶, publicado em 2007.

É importante explicar que como os valores do Custo Aluno-Qualidade, por etapas e modalidades, estabelecem um patamar mínimo de qualidade de educação e não um valor médio, a Campanha optou em definir seu estudo como Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi).

Como o CAQi deve contribuir para o enfrentamento dos desafios de equidade existentes na educação brasileira, ele é calculado em função dos diferentes níveis e

³ O movimento “Fundeb pra Valer!” foi criado e coordenado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e contou com intensa participação da Undime. O movimento foi decisivo nas inúmeras conquistas da sociedade civil na criação e regulamentação do Fundeb, principalmente a inclusão das matrículas em Creches no escopo de financiamento do novo Fundo e a construção do atual modelo de complementação da União aos fundos estaduais que não conseguem alcançar o custo-aluno/ano mínimo.

⁴ Consulta sobre Qualidade nas Escolas (2002), realizada em PE e RS; atividade de pesquisa educativa Qualidade em Educação, Semana de Ação Mundial 2003; Consulta sobre a Qualidade na Educação Infantil (2006).

⁵ Oficina 1 Qualidade e Insumos (2002), Oficina 2 Qualidade e Equidade (2003), Oficina 3 Metodologia de Cálculo do Custo Aluno-Qualidade (2005)

⁶ Cf. CARREIRA & PINTO, 2007.

modalidades da Educação Básica e a partir dos insumos indispensáveis ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem. Sendo, assim, os fatores que mais impactam no cálculo do CAQi são: parâmetros de infraestrutura (tamanho da escola); jornada dos alunos; relação alunos/ professor; valorização dos profissionais do magistério (salário, plano de carreira e formação inicial e continuada).

Com referência à infraestrutura, no cálculo do CAQi, os custos referentes à implantação (aquisição de terreno, construção do prédio, compra de equipamentos e material permanente) são separados dos custos de manutenção.

Cabe registrar que na Conferência Nacional da Educação (Conae), o CAQi foi reivindicado e aprovado como referência para a construção da matriz de financiamento da Educação Básica para o próximo Plano Nacional de Educação em tramitação no Congresso Nacional.

CAPÍTULO II

CONCEITOS SOBRE CUSTOS EDUCACIONAIS

Neste relatório, não será revisada a literatura, de forma exaustiva, acerca do custo educacional. Mas é necessário enunciar os conceitos utilizados na pesquisa.

O custo educacional refere-se aos recursos ou meios utilizados para a oferta do serviço educacional, expressos em valores monetários. Quando for descrito o custo-aluno efetivamente executado pelas redes municipais estará sendo representada a totalidade das aplicações financeiras, seja aquilo que a literatura considera como custo direto (diretamente identificáveis com a unidade escolar), seja o denominado de custo indireto (atividades de suporte e de controle educacional que apoiam o conjunto de escolas).

Ao comparar o custo-aluno efetivamente realizado com o conceito de custo aluno-qualidade, anota-se que este último representa o valor, por aluno, no período de um ano, dos recursos necessários ou desejáveis para um ensino de qualidade, conforme metodologia elaborada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Este procedimento não significa que há discordância com a preocupação conceitual expressa em SALES e SILVA (2009) quando afirmam que:

[...] numa perspectiva contábil, despesas e gastos são usualmente apresentados como sinônimos de custo, porém, numa perspectiva econômica, despesas e gastos se confundem com desembolso, e custo, ao contrário, não necessariamente existe mediante desembolso financeiro. Ou seja, custo significa todo e qualquer sacrifício feito para produzir um determinado bem ou serviço (BRASIL, 2003a). Logo, o conceito de custo é mais amplo que os conceitos de despesas ou gastos. (p. 700)

É preciso sempre lembrar que o Brasil convive com custos educacionais diferenciados, associados ao perfil de arrecadação dos estados e municípios, à quantidade de crianças e jovens atendidos em suas respectivas redes e ao quantitativo de recursos complementados pela União por meio do Fundeb, a depender do estado.

No âmbito do Fundeb, os valores encontrados anualmente em cada fundo estadual não representa a totalidade do custo educacional efetivo, visto que nem todos os recursos educacionais estão vinculados ao Fundo.

Nos municípios, os 25% dos impostos de arrecadação própria que devem ser investidos na educação não estão incorporados no Fundeb. Há, também, os 5% restantes da

cesta de impostos que compõe o Fundeb. Afora estes valores obrigatórios, existem os recursos da cota-parte do Salário-Educação e os recebidos via repasse automático ou voluntário do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), especialmente aqueles referentes ao Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE), ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A soma de todos estes recursos (Fundeb, recursos próprios, transferências) dividida pela matrícula efetiva da rede escolar permite o cálculo do efetivo custo-aluno de cada ente federado, posteriormente sendo diferenciado por etapa e modalidade.

Em termos de esforço do governo federal para coletar, processar, disseminar e tornar público as informações referentes aos orçamentos de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, cabe registrar a criação do Siope (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação), instituído pelo FNDE. O Sistema tem por objetivos “subsidiar a elaboração de políticas educacionais em todos os níveis de governo” e “produzir indicadores de eficiência e eficácia da despesa pública em educação”.

Devido ao Siope, desde 2006, é possível ter uma base de dados nacional sobre a aplicação da receita vinculada à educação, de forma desagregada em educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos.

A implantação do Sistema favoreceu uma maior divulgação dos dados disponíveis em termos de gastos educacionais, especialmente municipais. A Portaria nº 6 de 20 de junho de 2006 tornou “condição indispensável” o preenchimento do Siope, para os entes federados receberem recursos de transferências voluntárias, também servindo como fonte de dados para o MEC/ INEP.

Não existem, ainda, muitas pesquisas sobre o custo-aluno da Educação Básica, mas algum esforço tem sido feito pelos meios acadêmicos para suprir esta deficiência.

A pesquisa intitulada “O custo-aluno no ensino fundamental público no Brasil: resultados de uma pesquisa de campo”, foi apresentada em julho de 2001 por Miguel Bacic e José Carpintéro. O trabalho foi o produto de uma amostra em 103 unidades escolares de sete aglomerações urbanas metropolitanas (Goiânia, Belém, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Curitiba), abrangendo escolas estaduais e municipais.

Estes dois pesquisadores advertiam para o fato de que a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) – Lei 9424/ 96 demonstrara a necessidade de definição de um custo-aluno, pois a legislação do Fundo estabelecia que a “distribuição dos recursos deveria passar a considerar a diferenciação de custo por aluno, segundo níveis de ensino e tipos de estabelecimento,

adotando-se metodologia de cálculo e as correspondentes ponderações de acordo com seus diferentes componentes” (CARPINTÉRO e BACIC, 2001, p. 03).

Os autores encontraram grandes diferenças entre o custo-aluno nas regiões estudadas. E isso poderia ser explicado por diversos fatores: a) diferenças no salário docente (principal componente, no geral, do custo por aluno); b) a relação horas/docente por aluno; c) a importância do custo salarial do pessoal sem atividade em sala de aula e d) os custos de estrutura.

Um dado importante encontrado na referida pesquisa é que os salários (incluindo os encargos sociais) representam cerca de 85% deste custo, com oscilações nas diferentes regiões pesquisadas entre 79,84% e 90,18%.

Em janeiro de 2006, durante a tramitação do Fundeb, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) se consorciou com a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para realizar uma pesquisa sobre o tema do custo-aluno. Coordenaram a pesquisa Eduardo Stranz (CNM), Maria Goreti Machado (UFRGS) e Nalú Farenzana (UFRGS).

A partir de um universo amostral de 700 escolas públicas municipais, distribuídas em 185 localidades, a pesquisa verificou os custos diretos de 196 escolas, distribuídas em 56 municípios de 16 estados, representando 32,4% de respostas. O relatório alerta para o fato de que as dificuldades de coleta configuraram “uma amostra não-equilibrada em termos de número proporcional de escolas por estado ou por Região”.

Assim,

As estimativas de médias nacionais, estaduais e municipais de custo-aluno/ano levantadas por essa pesquisa permitem, pois, levantar ou confirmar algumas tendências e situações, desde que balizadas pela compreensão de que está muito longe de dar conta da diversidade de oferta e de organização escolar existente no Brasil. (CNM, 2006, p. 15).

Mesmo com as ressalvas acima, o estudo chegou a algumas conclusões. Evidenciou-se significativa dispersão dos valores de custo entre os estados, entre municípios de um mesmo estado ou entre escolas de um mesmo município. Os custos médios por estado também revelam o corte regional. As ponderações dos valores de custo da Creche, da Pré-escola, do ensino fundamental/ anos finais, da EJA/ ensino fundamental e da educação especial em relação ao ensino fundamental/ anos iniciais, considerando a amostra do estudo, indicam o valor relativamente maior da Creche e da educação especial. E para os segmentos da Pré-

escola, ensino fundamental/ anos finais e EJA/ ensino fundamental, as ponderações indicam que é questionável propor ou concluir pelo estabelecimento ou ocorrência mais generalizada de pesos diferenciados.

Para os pesquisadores a diferença regional no custo educacional, mais uma vez confirmada, leva a assertiva de que:

é a situação que demonstra o imprescindível papel da União na equalização de oportunidades educacionais, destacando-se a necessidade e a urgência de que o regime de colaboração no financiamento da educação conte com aporte significativo de recursos do governo federal a ser transferido aos estados e municípios. (CNM, 2006, p.24).

Ainda em 2006 foi desenvolvida outra pesquisa, coordenada por Luis Carlos Sales e Magna Jovita Silva, intitulada “O financiamento da educação pública municipal de Teresina: o custo-aluno/ano”. O objetivo da pesquisa foi o de identificar o custo-aluno em 17 escolas municipais de Teresina, verificando somente o custo direto e separando a origem destes custos.

No estudo, os autores encontraram um custo direto com pessoal de 63,6%, bem inferior ao encontrado em outros trabalhos. Detectaram, também, que o Fundef cobria apenas metade do custo direto das escolas pesquisadas. A segunda fonte principal foram recursos próprios da Prefeitura, sendo pouco significativo o aporte recebido via FNDE.

CAPÍTULO III

NUMEROS DA PESQUISA, PERFIL DA AMOSTRA E DIFICULDADES

A pesquisa teve a duração de oito meses, desenvolvida de agosto de 2010 a fevereiro de 2011. O objetivo geral foi sistematizar o perfil dos gastos educacionais nos municípios brasileiros. Para isso foram estabelecidos quatro objetivos específicos:

1. verificar o montante investido em manutenção e desenvolvimento do ensino em municípios;
2. verificar o valor investido por aluno, na rede municipal, discriminado em Creche, Pré-escola, séries iniciais e séries finais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos;
3. identificar diferenças regionais existentes entre municípios;
4. comparar o gasto real municipal com os projetados pelo Custo Aluno-Qualidade Inicial - CAQi.

Como registrada anteriormente, a necessidade de definição do real custo-aluno nas redes públicas é tarefa delegada ao governo federal em diversas disposições legais e na própria Constituição Federal de 1988, devido à capacidade técnica exigida para desenvolver esta tarefa.

Ao fazer uma pesquisa sobre o Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros, a Undime, a Fundação Itaú Social e o Unicef condicionaram o desenho da pesquisa a um plano amostral, em virtude das dimensões continentais do Brasil.

Para se construir a amostra, as bases de dados foram obtidas do Siope, fornecido pelo FNDE, e do Censo Escolar da Educação Básica do Brasil. No caso do Siope, as informações são aquelas referentes às despesas declaradas pelos gestores em 2009 e publicadas em 2010.

Os dados do Siope serviram de base para construir estratificação de municípios pelo perfil de suas despesas educacionais. No caso do Censo Escolar, foi utilizado o número de alunos, de escolas públicas municipais, matriculados por etapa e modalidade, no ano de 2008, pois são as matrículas correspondentes às despesas executadas no ano de 2009. Os dados foram fornecidos pelo Inep.

Para a estratificação explícita de interesse ao Brasil foram definidos os 26 Estados, aos quais deveriam ser alocados os elementos da amostra selecionada, como a estratificação por nível/ modalidade de ensino. Entretanto, como a utilização dessa variável na estratificação explícita faria com que a quantidade de estratos possíveis se tornasse o triplo e como alguns

estratos conteriam poucos municípios, com poucos alunos e em regiões de difícil acesso, optou-se por utilizar a variável (Unidade da Federação – UF) na estratificação implícita.

Para cada estrato – (UF), o sorteio dos municípios foi realizado utilizando amostragem proporcional ao tamanho – número de alunos (TILLÉ, 1996 e DEVILLE e TILLÉ, 1998).

Para a construção do plano amostral considerou-se o sorteio por meio de uma amostra aleatória simples sem reposição. As capitais foram selecionadas com probabilidade igual a 1, haja vista a importância e representatividade por si dentro de cada UF.

A amostra sorteada ficou composta de 1000 (mil) municípios. Os nomes dos municípios encontram-se no Anexo 1.

Antes do envio dos formulários da pesquisa foi feito um pré-teste em dez municípios, o qual teve a intenção de realizar ajustes de compreensão das questões e identificar possíveis dificuldades de preenchimento que deveriam merecer especial atenção por parte da equipe de trabalho.

Diante da logística necessária para realizar uma pesquisa *in loco* em mil municípios, distribuídos pelos 26 estados, optou-se pela confecção de um formulário para preenchimento eletrônico e a montagem de uma equipe de auxiliares de pesquisa, responsável por enviar as solicitações de preenchimento, fazer contatos telefônicos com os dirigentes municipais de educação, solucionar eventuais dúvidas e verificar as respostas enviadas.

Foram oferecidos três formatos de respostas dos formulários: o preenchimento *on-line*, com fornecimento de senha para o gestor municipal; o envio em planilha eletrônica; e por meio físico (via postal). As informações recebidas, nos dois últimos formatos, eram digitadas no sistema *on-line* para fins de registro e verificação de dados. Fruto do aprendizado do pré-teste, o formulário de pesquisa incorporou um sistema de travas. Ao inserir os dados de cada etapa ou modalidade requerida, o formulário emitia uma mensagem caso o valor ficasse abaixo do montante recebido pelo município via Fundeb no ano estudado. O gestor poderia manter ou rever a informação. É importante informar que a pesquisa não solicitou informações referentes ao custo de depreciação dos prédios públicos nem dos equipamentos neles existentes.

Durante o processo de pesquisa foram emitidas quatro cartas direcionadas aos mil dirigentes municipais da amostra, como estímulo à participação; foi solicitado apoio das seccionais da Undime; e realizados contatos telefônicos com todos os municípios, pelo menos duas vezes com cada um deles.

Após três meses de coleta, no dia 9 de novembro de 2010 foi encerrada a coleta *on-line* dos formulários, tendo sido contabilizados 321 respondentes, distribuídos por 24 estados. Este número representou 32,2% do total da amostra.

Durante o mês de novembro de 2010, a consistência dos formulários foi verificada exaustivamente. Ao final desse processo, e com a complementação de respostas nos estados do Amazonas e do Amapá que não haviam respondido durante a primeira etapa, foram confirmados 337 formulários, distribuídos por 26 estados.

Em seguida, após nova verificação de consistência, foram descartados 113 formulários. A maioria dos descartes foi devido à incompreensão do que deveria ser lançado no ensino fundamental em tempo integral ou por ausência de parte significativa de informações. Assim, foram validados, ao final de toda a análise, 224 formulários, ou seja, 22,4% do universo efetivo pesquisado.

A distribuição das respostas está demonstrada na tabela abaixo.

Tabela 1 – Municípios respondentes por Região

Região	Amostra inicial	Amostra final	Diferença	Cobertura (%)
Norte	87	18	69	20,69%
Nordeste	328	46	282	14,02%
Sudeste	290	73	217	25,17%
Sul	211	64	147	30,33%
Centro-Oeste	84	23	61	27,38%
Total	1000	224	776	22,4%

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/Undime

A quantidade de formulários respondidos e consistentes foi equivalente ao alcançado em outras pesquisas amostrais sobre custo-aluno. Porém, em alguns estados a quantidade de respostas foi insatisfatória, prejudicando o objetivo de desdobrar os resultados da pesquisa por UF. Foram obtidas respostas de 25 estados. A única exceção foi o Amapá. Destaque para o resultado abaixo da expectativa alcançado nos estados do Amazonas (8,3%), Maranhão (2,5%), Paraíba (4,8%) e Sergipe (6,6%). Os dados numéricos obtidos por UF estão descritos no Anexo 2.

Algumas das dificuldades encontradas para a realização da pesquisa referem-se à própria organização da gestão municipal e refletiram nos resultados do estudo: sistema de comunicação, acesso aos dados financeiros e contábeis da educação, gerenciamento contábil. A comunicação com os municípios é um empecilho tanto no que se refere à parte tecnológica,

quanto na atualização dos contatos. Além disso, é significativa a rotatividade dos próprios dirigentes municipais de educação, repercutindo em mudanças na estrutura organizacional da secretaria.

O fato de a Secretaria de Educação não ser a responsável pelos relatórios contábeis dos gastos educacionais dificultou, e em alguns casos até impediu, a participação de municípios na pesquisa, por não poderem acessar os dados com facilidade para responder o instrumento.

A dificuldade para acessar os dados desagregados já era prevista, visto que foi um dos pontos que motivaram a realização da pesquisa. Entretanto, os dados não estavam apenas declarados de forma agrupada no Siope e nos Balanços enviados à Secretaria do Tesouro Nacional. Eles também foram executados desta maneira no cotidiano das Secretarias de Educação, inclusive os dados de pessoal que, em muitos locais, não estão desagregados nem por etapa e nem por modalidade. Por fim, o gerenciamento contábil das Prefeituras não acompanhou as transformações ocorridas entre Fundef e Fundeb.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

O desenho original da pesquisa precisou ser alterado e a possibilidade de desdobrar os dados coletados por UF foi abandonada, pois a quantidade de respostas, em alguns estados (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Roraima, Sergipe), não permitiu conclusões aceitáveis. Assim, para efeito de divulgação, nem todos os estados serão utilizados no presente relatório e optou-se pela desagregação por Regiões.

Outro componente da pesquisa que precisou ser abandonado foi a apreciação sobre o custo-aluno do ensino fundamental em tempo integral. Os dados coletados se mostraram inconsistentes, principalmente pela dificuldade de compreensão dos gestores sobre o quesito.

Os dados da pesquisa serão apresentados por etapa (Creche, Pré-escola, ensino fundamental séries iniciais e ensino fundamental séries finais) e por modalidade (educação de jovens e adultos). Também serão apresentados dados agrupados de educação infantil e ensino fundamental, permitindo a comparação com os números registrados no Siope.

O desdobramento máximo possível com os dados do Siope só permite apresentar valores válidos para educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos.

É evidente que o fato de não se conseguir que todos os municípios escolhidos na amostra respondessem de forma satisfatória o formulário da pesquisa ocasionou um crescimento da margem de erro em cada etapa ou modalidade pesquisada.

Na coleta sobre gastos em Creche e Pré-escola não houve distinção entre tempo integral e parcial. Para efeito de comparação com os dados do CAQi e com os fatores de ponderação do Fundeb, será sempre considerado o atendimento de Creche em tempo integral e a Pré-escola em tempo parcial, pois a maioria das matrículas obedece a este formato.

Como critério de confiabilidade dos dados foi estabelecido um intervalo como referência ao coeficiente de variação, conforme a tabela abaixo.

Quadro 1 – Qualificação do coeficiente de variação

Coeficiente de Variação	Status
De 0 a 0,165	Publicável
De 0,166 a 0,250	Qualificado
De 0,251 a 0,333	Restrito – uso interno
Mais de 0,334	Não publicável

Fonte: relatório: Resultados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime – ARAÚJO (2011)

Informações que estavam com Coeficientes de Variação classificados como publicável e qualificados foram aceitas e dados acima deste intervalo foram desconsiderados. Esta metodologia permitiu que fossem analisados dados relativos ao Brasil e em termos regionais (com exceção de Creche e educação de jovens e adultos da Região Norte).

Para garantir total transparência e permitir a apreciação de suas conclusões pela sociedade, este relatório publica em todas as suas tabelas não somente os valores apurados, mas também o erro padrão e o coeficiente de variação.

Antes de descrever os resultados encontrados pela pesquisa, é necessário apresentar os valores por aluno coletados pelo Siope em 2009 e válidos para o Brasil.

Tabela 2 – Valor por aluno registrados no Siope – Brasil 2009

Etapa ou modalidade	Custo per capita (R\$)
Educação Infantil	2.195,40
Ensino Fundamental	3.047,00
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	140,10

Fonte: Banco de dados Siope 2009 (FNDE). Tabulação própria

A primeira evidência apurada pela pesquisa foi o valor por aluno por etapa e modalidade estudadas. As informações encontradas válidas para o Brasil estão demonstradas na Tabela abaixo.

Tabela 3 – Estimativa de valor por aluno das redes municipais – Brasil 2009

Etapa ou modalidade	Custo per capita (R\$)	Erro padrão (R\$)	Coeficiente de Variação
Creche	5.144,09	1.087,09	.21
Pré-Escola	2.647,10	262,44	.10
Educação Infantil	3.122,36	383,93	.12
Fundamental Inicial	2.815,46	183,04	.07
Fundamental Final	3.134,38	270,42	.09
Ensino Fundamental	2.937,65	214,31	.07
EJA	1.881,95	266,20	.14

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/Undime

Para facilitar a comparação dos resultados da pesquisa com os dados do Siope foram agregados os dados de educação infantil e ensino fundamental. Estes dados agregados representam valores médios da totalidade dos recursos declarados pelos municípios, divididos pela respectiva matrícula.

A distribuição desigual das matrículas de Creche, estando concentrada nas Regiões Sul e Sudeste, permitiu encontrar valores médios bem maiores do que o verificado quando se agrega seus dados com os de Pré-escola, estes com distribuição mais equilibrada entre as Regiões.

Também foi possível desdobrar esta informação por Região. Abaixo é apresentada a tabela relativa a cada uma das Regiões. Apenas as informações sobre “Creche” e “educação de jovens e adultos” da Região Norte não foram aceitas, por estarem acima da margem de segurança estabelecida. No anexo deste Relatório são apresentados os dados de cada Região com o respectivo erro padrão e coeficiente de variação.

Tabela 4 – Estimativa de valor por aluno das redes municipais por Região 2009

Etapa/ modalidade	Brasil (R\$)	Norte (R\$)	Nordeste (R\$)	Centro- Oeste (R\$)	Sudeste (R\$)	Sul (R\$)
Creche	5.144,09	*	1.876,89	3.092,80	8.272,43	5.835,42
Pré-Escola	2.647,10	1.710,27	1.531,56	2.384,12	3.757,21	4.461,54
Educação Infantil	3.122,36	1.801,53	1.605,48	2.563,07	4.971,26	4.688,83
Séries Iniciais	2.815,46	2.554,90	1.948,80	3.048,21	3.649,11	3.586,73
Séries Finais	3.134,38	2.998,45	2.276,16	3.000,04	4.322,81	3.673,78
Ensino Fundamental	2.937,65	2.676,69	2.034,89	2.987,51	3.897,77	3.582,99
EJA	1.881,95	*	1.075,83	2.417,91	2.778,52	2.369,89

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/Undime

A pesquisa confirmou a existência de forte desigualdade entre as Regiões. O valor médio encontrado em Creche no Nordeste representa apenas 36,5% da média nacional. Por outro lado, o valor encontrado no Sudeste é 4,4 vezes maior do que o praticado no Nordeste e 1,6 maior do que a média nacional. Mesmo no ensino fundamental, que possui uma base redistributiva, via política de fundos há 15 anos, a diferença entre Sudeste e Nordeste é de quase duas vezes (1,91).

Utilizando as séries iniciais do ensino fundamental como indexador, a pesquisa identificou as diferenças reais médias entre as etapas e modalidades. Destaque para a diferenciação de 1,83 de Creche para as séries iniciais e o valor de 0,67 encontrado na relação entre educação de jovens e adultos e o indexador.

Tabela 5 – Fatores de ponderação identificados pela pesquisa – Brasil 2009

Etapa/ Modalidade	Valor (R\$)	Ponderação
Creche	5.144,09	1,83
Pré-escola	2.647,10	0,94
Educação Infantil	3.122,36	1,11
Séries Iniciais	2.815,46	1
Séries Finais	3.134,38	1,11
Ensino Fundamental	2.937,65	1,04
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	1.881,95	0,67

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime

Comparando os resultados da pesquisa com os valores médios nacionais registrados pelos municípios junto ao Siope, foi possível comprovar a existência de significativa distorção entre as duas declarações. Há fortes evidências de que ocorreu no Siope uma declaração a maior no ensino fundamental em detrimento da educação infantil e da educação de jovens e adultos.

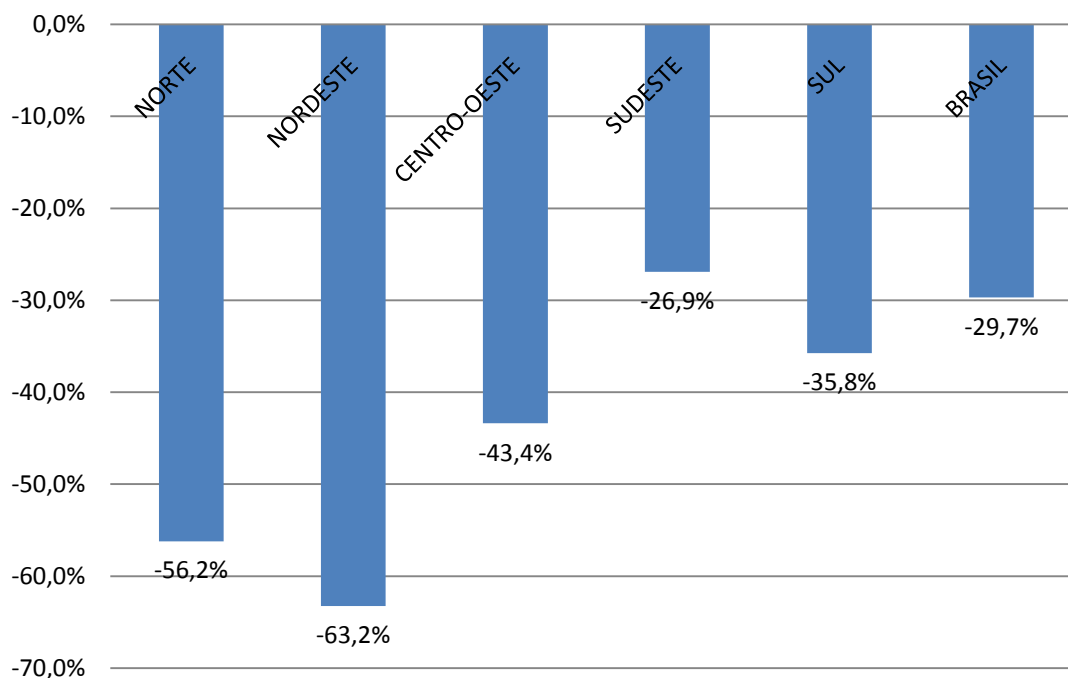
Tabela 6 – Diferença entre dados da Pesquisa Undime e o Siope – Brasil 2009

Fonte	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Educação de Jovens e Adultos
Pesquisa Undime (R\$)	3.122,40	2.937,70	1.882,00
Siope (R\$)	2.195,40	3.047,00	140,10
Diferença nos valores (R\$)	927,00	-109,40	1.741,90
Diferença percentual (%)	-29,7%	3,7%	-92,6%

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime. Banco de dados Siope 2009 (FNDE). Tabulação própria

Os valores declarados junto ao Siope na educação infantil são 29,7% menores do que os valores encontrados pela pesquisa, sendo que este percentual se apresenta de forma bastante diferenciada entre as Regiões. Os resultados da Região Sul e Sudeste estão menos distorcidos. Nas Regiões Norte e Nordeste a situação se inverte.

Gráfico 1 - Diferença entre Pesquisa Undime e o Siope - Educação Infantil - Brasil 2009



Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/Undime. Banco de dados Siope 2009 (FNDE). Tabulação própria

A hipótese mais provável para esta diferenciação regional é que nas Regiões com menos estrutura profissionalizada de gestão educacional, em que as declarações ao Siope são majoritariamente realizadas por escritórios de contabilidade e sem o acompanhamento devido dos gestores educacionais, o fenômeno de não desagregar os custos da educação infantil do ensino fundamental se manifeste com mais intensidade.

Nos dados declarados ao Siope, com referência aos gastos com educação de jovens e adultos a distorção é grande, demonstrando dificuldade dos gestores da educação e da área de finanças dos municípios em separar os gastos desta modalidade daqueles realizados no ensino fundamental. Assim como acontece na educação infantil, a folha de pagamento é de difícil separação, pois os professores do ensino fundamental complementam suas jornadas com a docência na EJA.

Considerando esta característica como explicação para a baixa declaração de gastos em EJA, é razoável considerar que os dados encontrados pela presente pesquisa também podem, em alguma medida, estar subdimensionados.

Um componente importante do debate sobre políticas de redistribuição de recursos educacionais é acerca da justeza dos percentuais dos fatores de ponderação aplicados no Fundeb. A presente pesquisa permite comparar os fatores aplicados em 2009 pelo Fundo e aqueles efetivamente realizados.

Tabela 7 – Diferença entre fatores de ponderação – Brasil 2009

Etapa e Modalidade	Pesquisa Undime	Fundeb 2009	Fundeb 2011
Creche	1,83	1,1	1,2
Pré-Escola	0,94	1,0	1
Séries Iniciais	1	1	1
Séries Finais	1,11	1,1	1,1
EJA	0,67	0,8	0,8

Fonte: Portaria Ministério da Educação, nº 932 de 30/ 7/ 2008. Portaria Ministério da Educação, nº 873 de 1º/ 7/ 2010. Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime.

Como dito anteriormente, a pesquisa não coletou dados diferenciados entre tempo integral e parcial na Pré-escola e Creche. Por isso, para realizar as comparações foi estabelecido que os dados de Creche fossem compatíveis aos de Creche em tempo integral e os dados de Pré-escola fossem compatíveis com os de tempo parcial.

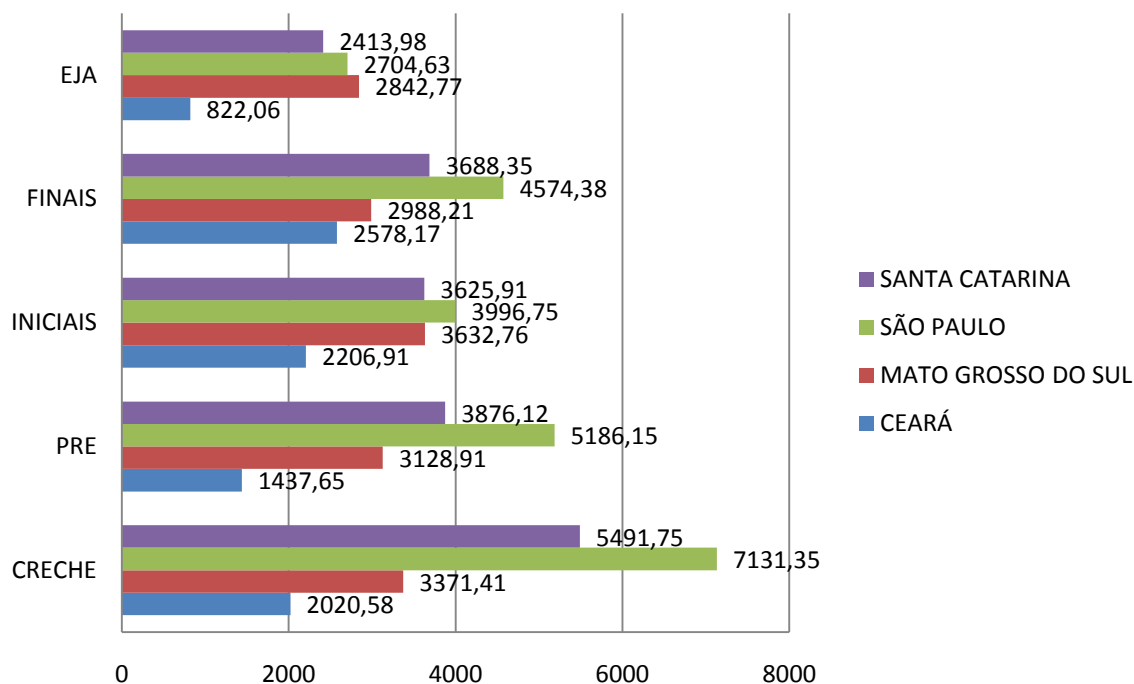
A diferenciação aplicada para as matrículas de Creche pelo Fundeb representou apenas 60,1% do custo real verificado pela pesquisa. No caso da Pré-escola, o valor repassado representou 85,1% do efetivado. Somente o valor da educação de jovens e adultos se mostrou acima do efetivado (19% acima).

A diferenciação aplicada em 2011 diminui a distância apurada pela pesquisa, tornando equilibrada a remuneração da Pré-escola e diminuindo a defasagem da Creche (65,6% do valor), mas ainda representa um ajuste pouco efetivo diante dos dados detectados pela pesquisa.

Já foi registrado que não foi possível desdobrar a pesquisa, como regra, em cada UF. Contudo, em alguns estados os dados são confiáveis. Com isso, é possível comparar a diferenciação do valor por aluno em pelo menos quatro Regiões, sendo a exceção a Região Norte.

Foram selecionados, pelo grau de confiabilidade de seus dados, quatro estados representativos (Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Ceará) de cada uma das Regiões. Pelos motivos descritos anteriormente não foi possível selecionar nenhum estado da Região Norte. A diferenciação regional é bastante significativa, como pode ser verificado na tabela abaixo.

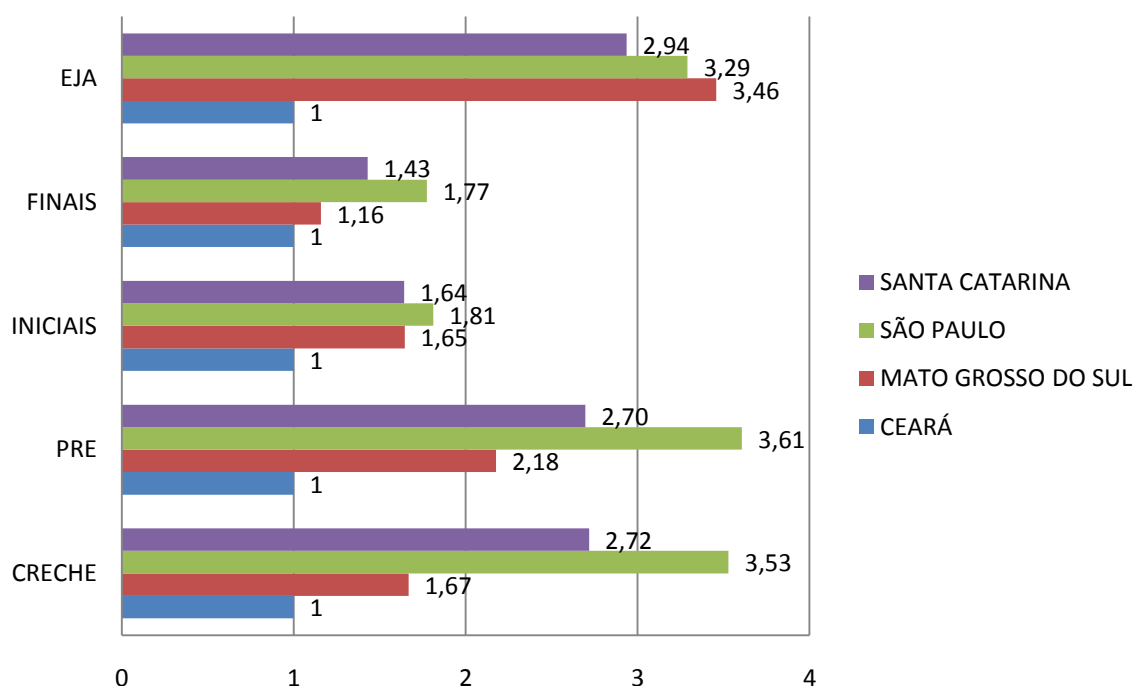
Gráfico 2 – Diferença entre valor por aluno em estados selecionados – 2009



Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/Undime.

Considerando o Ceará como indexador, estado que faz parte do conjunto de estados contemplados pela complementação da União ao Fundeb, é possível comparar as distâncias existentes entre as Regiões.

Gráfico 3 – Diferença percentual do custo-aluno em estados selecionados – 2009



Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/Undime.

Uma comparação interessante de ser feita é entre os dados de diferenciação regional encontrados pela pesquisa e aqueles descritos pelos valores do Fundeb. Esta comparação mostra que a existência de recursos próprios nos municípios de Santa Catarina (e provavelmente nos demais estados da Região Sul) e em São Paulo (e provavelmente nos demais estados da Região Sudeste) é determinante para manter uma diferenciação mais elevada no atendimento de Creche em relação ao Ceará (e provavelmente nos demais estados da Região Nordeste).

Tabela 8 – Distância percentual entre valores por aluno de Creche em estados selecionados – Fundeb versus Pesquisa – 2009

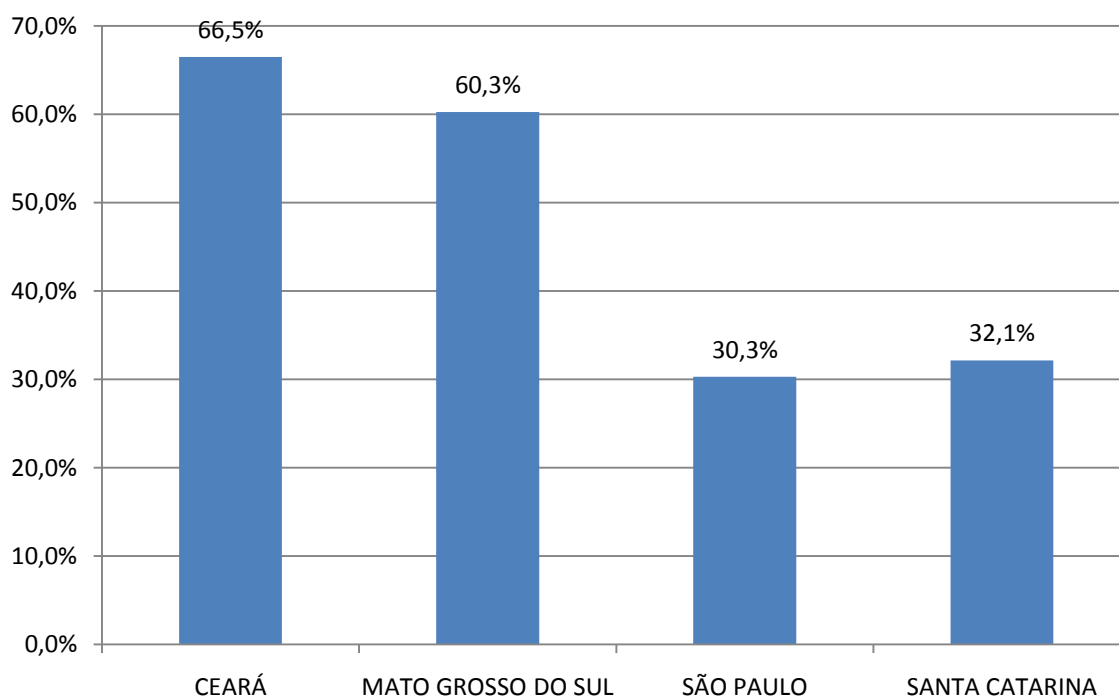
Estados selecionados	Fundeb 2009	Pesquisa Undime
Ceará	1	1
Mato Grosso do Sul	1,51	1,67
São Paulo	1,61	3,53
Santa Catarina	1,31	2,72

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/Undime.

Enquanto a distância entre o valor por aluno em Creche de São Paulo, estado mais rico em termos de arrecadação, e o valor do Ceará representou 1,61 no Fundeb, a pesquisa demonstrou que esta distância foi de 3,53. Em relação à Santa Catarina a diferença é entre 1,31 e 2,72, respectivamente.

Um caminho para comprovar a afirmação de que os recursos próprios existentes nas Regiões Sul e Sudeste explicam esta diferença é comparar o quanto dos recursos aplicados efetivamente em 2009 foram cobertos pelos valores repassados pelo Fundeb.

Gráfico 4 – Percentual de cobertura do Fundeb dos valores efetivados em Creche nos estados selecionados – 2009



Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/Undime.

Quanto menor for o montante de recursos próprios disponível, maior a participação do Fundeb no financiamento das matrículas municipais - no caso exemplificado - no atendimento em Creche.

Esta característica reforça a informação da desigualdade regional nos valores por aluno em Creche, fato relatado anteriormente. Ou seja, estados das Regiões com menor capacidade de geração de recursos próprios ou de outras fontes adicionais de financiamento educacional conviverão com valores por aluno inferiores às demais Regiões. Esta

característica da desigualdade regional mostra que os avanços de equalização realizados pela política de fundos devem ser relativizados.

Números semelhantes foram encontrados nas demais etapas e modalidades, com destaque para o fato de que as matrículas de Pré-escola no Ceará são 85% financiadas por recursos do Fundo.

Por fim, foram realizadas comparações entre os dados encontrados na pesquisa e os valores propostos pelo Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi). Neste caso a comparação foi feita entre os valores nominais de 2009 do CAQi, na sua versão registrada no Parecer nº 8/2010 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, e os dados coletados na Região Nordeste.

Este procedimento é coerente com o conceito de CAQ inicial, ou seja, padrão mínimo de qualidade que todo cidadão brasileiro deve ter disponível. Sendo assim, cabe comparar os seus valores não com a média nacional e sim com a Região mais representativa da desigualdade da oferta dos insumos educacionais. O desenho original era comparar o CAQi com os dados dos nove estados contemplados com a complementação do Fundeb. Entretanto, a insuficiência dos dados do Amazonas e do Pará possibilitou apenas a comparação com a Região Nordeste, a qual possui sete estados contemplados complementação.

Os valores calculados pelo Parecer possuem duas diferenças que devem ser ressaltadas antes da realização da comparação. O CAQi introduz importante distinção entre valores para matrículas urbanas e rurais, dado não analisado pela presente pesquisa, por isso a comparação feita entre “séries iniciais” da pesquisa e “séries iniciais urbanas” do CAQi deve ser lida com as devidas ressalvas. O CAQi também não apresenta valores para a educação de jovens e adultos.⁷

Tabela 9 – Comparação entre Região Nordeste e Parecer CAQi – 2009

Etapa e Modalidade	Pesq Undime (A) (R\$)	Parecer CAQi (B) (R\$)	Diferença (A/ B) (%)
Creche	1.876,89	6.450,70	29,1%
Pré-Escola	1.531,56	2.527,76	60,6%
Séries Iniciais	1.948,80	2.396,44	81,3%
Séries Finais	2.276,16	2.347,20	97%

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/Undime. Parecer nº 8/2010 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

⁷ O estudo do CAQi confere tratamento isonômico ao estudante da modalidade de EJA, ou seja, ele recebe o valor do CAQi idêntico ao da etapa que cursa.

A comparação realizada confirma as afirmações sobre a desigualdade regional. Na Região Nordeste os municípios aplicaram em 2009, no atendimento em Creche, apenas 29,1% do que seria necessário para estabelecer um padrão mínimo de qualidade no formato proposto pelo CAQi. Na Pré-escola o esforço dos municípios nordestinos alcançou 60,6%.

O dado encontrado pela Pesquisa na Região Nordeste para as séries iniciais e finais é próximo dos valores do CAQi, mas este resultado está associado à impossibilidade de aplicar a diferenciação feita pelo Parecer do CNE entre matrículas urbanas e rurais. Enquanto o valor das séries iniciais urbanas do CAQi representa 14,3% do PIB per capita, o valor para as matrículas rurais é de 26,9%.

Por fim, considerando que o CAQi é indexado pelo PIB per capita e 2009 (ano base do presente estudo) foi um ano de baixo crescimento econômico, decorrente da crise econômica mundial, estima-se que a distância entre o valor mínimo determinado por este indicador e o investimento realizado nas Regiões Nordeste e Norte do país tenham aumentado nos anos seguintes.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO E SUGESTÕES

A forma como os orçamentos públicos estão organizados nos municípios não tornam as informações coletadas totalmente confiáveis quando os dados precisam ser desagregados por etapas e modalidades.

A pesquisa confirmou a importância de que os dados orçamentários e financeiros dos municípios possuam níveis maiores de desagregação. É necessário que as despesas de pessoal, custeio e capital sejam lançadas nas etapas correspondentes. Esta necessidade deve estar presente também no formato da coleta nacional destas informações.

Aliás, a experiência de relação do governo federal com os municípios tem provas suficientes da capacidade indutiva dos programas federais na mudança de comportamento municipal, inclusive na área contábil. As exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal são exemplares desta capacidade.

Passados cinco anos de vigência do Fundeb muito pouco foi alterado na sistematização das informações educacionais. Os recursos públicos do Fundo são calculados e redistribuídos tendo como referência um conjunto bastante detalhado de etapas, modalidades e características da prestação do serviço educacional, mas os orçamentos não sofreram incidência deste formato.

A dificuldade em desagregar os dados por etapa e modalidade é uma das explicações encontradas para as distorções registradas nos dados declarados junto ao Siope. Nos contatos com os dirigentes municipais de educação notou-se que o preenchimento dos dados junto ao Siope foi feito, em regra, por contadores e/ ou setor de finanças das prefeituras, profissionais que não estão envolvidos com a temática educacional e, conseqüentemente, não percebem as implicações desse procedimento para o planejamento educacional.

Um componente identificado pela pesquisa é que as distorções são maiores se o gestor da educação não possuir controle sobre os gastos de sua área. Não apenas a declaração ao Siope é feita por escritórios de contabilidade, mas também não há controle prático sobre os gastos que efetivamente são registrados nos balanços contábeis como realizados para manutenção e desenvolvimento da educação.

Apesar de determinadas despesas não precisarem ser efetuadas de maneira desagregada, este fato não impede que sejam construídos indicadores que demonstrem o

quantitativo destinado a cada etapa ou modalidade que está embutido em uma compra mais geral.

Como consequência do exposto, não é adequado apresentar dados de valor por aluno tendo por base as informações coletadas pelo Siope. Sem uma alteração no formato da declaração solicitada aos municípios e sem uma verificação da consistência destas informações, a divulgação de tais indicadores só estimulará conclusões equivocadas sobre o gasto realizado por etapa e modalidade.

Além disso, os fatores de ponderação instituídos para redistribuir os recursos do Fundeb apresentam grande distorção com referência à remuneração das matrículas de Creche em tempo integral, mas estão dentro de um intervalo de confiança para as demais etapas. A determinação legal de que a variação dos fatores de ponderação não ultrapasse 30% se mostrou irreal e injusta.

Assim, é possível afirmar que o Fundeb conseguiu ser eficiente na redução da desigualdade entre os valores por aluno via aumento da complementação da União para os fundos estaduais com menor capacidade de arrecadação. Porém, o Fundo não foi suficiente para diminuir a desigualdade efetiva entre as Regiões, pois a existência de recursos próprios concentrados nos estados das Regiões mais ricas permite a manutenção de significativas diferenças de valor por aluno destas em relação aos estados de Regiões mais pobres.

Finalmente, concluiu-se que a oferta de educação infantil da Região Nordeste se encontra muito distante de um padrão mínimo de qualidade, utilizando como parâmetro os valores propostos pelo Parecer da CEB/CNE nº 8/ 2010. Esta constatação aumenta a necessidade do estabelecimento de um regime de colaboração entre os entes federados. Além disso, para dar concretude ao que estabelece o Parecer, e fortalecer o instrumento do CAQi, é imprescindível a sua homologação em Resolução.

A desigualdade regional foi constatada pela pesquisa. E seus efeitos perversos são mais evidentes na oferta da educação infantil, etapa em que as distâncias entre Sul/ Sudeste versus Norte/ Nordeste são mais evidentes.

A presente pesquisa permite a formulação de algumas sugestões, seja para os gestores educacionais, seja para os pesquisadores da área, a saber:

- realização de novas versões desse esforço de investigação nacional do perfil do custo-aluno, produzindo uma série histórica e incluindo as redes estaduais;
- aperfeiçoamento do Siope. Este sistema representou um avanço importante na obtenção de dados atualizados na área educacional, porém precisa ser aprimorado. Um

caminho para a obtenção de dados mais confiáveis é aperfeiçoá-lo por meio da exigência da declaração dos dados de forma desagregada, ou seja, em formato próximo do que é utilizado pelo Fundeb. Tal medida induzirá, de imediato, adequações contábeis nos orçamentos municipais e estaduais;

- a terceira sugestão ainda diz respeito ao aperfeiçoamento do Siope. Mesmo que as informações sejam solicitadas de forma desagregada duas outras providências se fazem necessárias. A primeira é que efetivamente o respondente seja o gestor educacional. A segunda é garantir que os mecanismos sejam capazes de realizar uma crítica de consistência dos dados declarados, recorrendo inclusive a uma periódica verificação *in loco* dos dados de maneira amostral;
- revisão dos fatores de ponderação do Fundeb, inclusive com a necessária alteração do sistema de balizas previsto na legislação regulamentadora;
- criação de mecanismos indutores do cumprimento do artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases, garantindo que os dirigentes estaduais e municipais de educação se tornem efetivamente gestores plenos dos recursos educacionais. Associado a esta medida é necessário também ampliar os investimentos federais direcionados à elevação da capacidade técnica dos gestores municipais;
- homologação do parecer CEB/ CNE nº 8/ 2010, com possíveis aperfeiçoamentos a serem negociados entre o MEC, a Undime, o Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação), a CNTE (Confederação dos Trabalhadores em Educação) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRASIL. **Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm

BRASIL. **Lei 11.494 de 20 de junho de 2007**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 8/2010, aprovado em 5 de maio de 2010**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15074&Itemid=866

Carpintéro, José e Bacic, Miguel. **O custo-aluno no ensino fundamental público no Brasil: resultados de uma pesquisa de campo**. Universidade de Leon, julho de 2001.

Carreira, Denise e Pinto, José Marcelino. **Custo Aluno-qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil**. Global Editora / Campanha Nacional pelo Direito à Educação. São Paulo, 2007.

Confederação Nacional dos Municípios. **Um estudo do custo por aluno em escolas municipais brasileiras – relatório de pesquisa**. Disponível em <http://www.cnm.org.br>. Janeiro de 2008.

Sales, Luis Carlos e Silva, Magna Jovita. **O financiamento da educação pública municipal de Teresina: o custo-aluno/ano**. Ensaio Avaliação Políticas Públicas Educacionais. Rio de Janeiro, v. 17, n. 65, p. 695-718, out/dez, 2009.

ANEXO 1 – Lista dos Municípios da amostra

AC	CAPIXABA	BA	CABACEIRAS DO	BA	QUIJINGUE
AC	CRUZEIRO DO SUL		PARAGUACU	BA	RIO DO ANTONIO
AC	EPITACIOLANDIA	BA	CAMACAN	BA	RIO REAL
AC	RIO BRANCO	BA	CAMACARI	BA	SALVADOR
AC	TARAUACA	BA	CANARANA	BA	SANTA CRUZ DA
AL	ARAPIRACA	BA	CANAVIEIRAS		VITORIA
AL	COITE DO NOIA	BA	CANDEIAS	BA	SANTA MARIA DA
AL	IBATEGUARA	BA	CANSANCAO		VITORIA
AL	IGACI	BA	CASA NOVA	BA	SANTALUZ
AL	IGREJA NOVA	BA	CICERO DANTAS	BA	SANTANA
AL	JEQUIA DA PRAIA	BA	COARACI	BA	SAO JOSE DO JACUIPE
AL	LIMOEIRO DE	BA	CONTENDAS DO	BA	SAUDE
	ANADIA		SINCORA	BA	SEABRA
AL	MACEIO	BA	CORACAO DE MARIA	BA	SIMOES FILHO
AL	MARAGOGI	BA	CORONEL JOAO SA	BA	TEIXEIRA DE
AL	MARIBONDO	BA	CORRENTINA		FREITAS
AL	MATRIZ DE	BA	DIAS D'AVILA	BA	UAUA
	CAMARAGIBE	BA	ENTRE RIOS	BA	VERA CRUZ
AL	MESSIAS	BA	FEIRA DE SANTANA	BA	VITORIA DA
AL	PENEDO	BA	GOVERNADOR		CONQUISTA
AL	PORTO CALVO		MANGABEIRA	BA	WAGNER
AL	RIO LARGO	BA	GUANAMBI	CE	ARACATI
AL	SAO MIGUEL DOS	BA	IBITIARA	CE	ARACOIABA
	MILAGRES	BA	IGUAI	CE	BARREIRA
AL	SAO SEBASTIAO	BA	IPIAU	CE	BATURITE
AL	TEOTONIO VILELA	BA	IPIRA	CE	CAPISTRANO
AL	VICOSA	BA	IRAQUARA	CE	CARIDADE
AM	BERURI	BA	ITABUNA	CE	CARIRIACU
AM	BOCA DO ACRE	BA	ITAMARAJU	CE	CASCABEL
AM	CODAJAS	BA	ITANAGRA	CE	CAUCAIA
AM	FONTE BOA	BA	ITIUBA	CE	FORTALEZA
AM	GUAJARA	BA	IUIU	CE	GRANJA
AM	LABREA	BA	JEQUIE	CE	IBICUITINGA
AM	MANAUS	BA	JQUIRICA	CE	ICO
AM	MANICORE	BA	JUAZEIRO	CE	INDEPENDENCIA
AM	MARAA	BA	LAJE	CE	ITAREMA
AM	PARINTINS	BA	LIVRAMENTO DE	CE	JAGUARETAMA
AM	SANTO ANTONIO DO		NOSSA SENHORA	CE	LIMOEIRO DO NORTE
	ICA	BA	LUIS EDUARDO	CE	MARACANAU
AM	SAO GABRIEL DA		MAGALHAES	CE	NOVO ORIENTE
	CACHOEIRA	BA	MACARANI	CE	PACAJUS
AP	CALCOENE	BA	MACAUBAS	CE	PARAMBU
AP	MACAPA	BA	MARACAS	CE	PARAMOTI
AP	PORTO GRANDE	BA	MASCOTE	CE	PENAFORTE
AP	VITORIA DO JARI	BA	MATA DE SAO JOAO	CE	PENTECOSTE
BA	ABAIRA	BA	MEDEIROS NETO	CE	QUIXADA
BA	ANAGE	BA	MORRO DO CHAPEU	CE	REDENCAO
BA	ARATACA	BA	NOVA IBIA	CE	RUSSAS
BA	BAIANOPOLIS	BA	NOVA REDENCAO	CE	SAO BENEDITO
BA	BARRA DO CHOCA	BA	NOVA VICOSA	CE	SAO GONCALO DO
BA	BOA VISTA DO TUPIM	BA	PAULO AFONSO		AMARANTE
BA	BOM JESUS DA LAPA	BA	PINDAI	CE	TAMBORIL
BA	BOM JESUS DA	BA	PORTO SEGURO	CE	TAUA
	SERRA	BA	PRESIDENTE JANIO	CE	TEJUCUOCA
BA	BUERAREMA		QUADROS	CE	TRAIRI

CE URUOCA	GO SANTO ANTONIO DO	MA TRIZIDELA DO VALE
ES APIACA	DESCOBERTO	MA TURIACU
ES BAIXO GUANDU	GO SAO JOAO DA	MA TUTOIA
ES CACHOEIRO DE	PARAUNA	MA VILA NOVA DOS
ITAPEMIRIM	GO SENADOR CANEDO	MARTIROS
ES CARIACICA	GO SILVANIA	MA VITORINO FREIRE
ES ECOPORANGA	GO URUTAI	MG ABADIA DOS
ES FUNDAO	GO VALPARAISO DE	DOURADOS
ES GUARAPARI	GOIAS	MG AIURUOCA
ES IRUPI	GO VICENTINOPOLIS	MG ARACAI
ES LINHARES	GO VILA BOA	MG ARCOS
ES NOVA VENECIA	MA ACAILANDIA	MG ARGIRITA
ES SERRA	MA ANAPURUS	MG BAEPENDI
ES VARGEM ALTA	MA BERNARDO DO	MG BARAO DE COCAIS
ES VILA VALERIO	MEARIM	MG BARAO DE MONTE
ES VILA VELHA	MA BOM JESUS DAS	ALTO
ES VITORIA	SELVAS	MG BELO HORIZONTE
GO AGUAS LINDAS DE	MA CENTRO NOVO DO	MG BETIM
GOIAS	MARANHAO	MG BICAS
GO AMARALINA	MA CODO	MG BOCAINA DE MINAS
GO ANAPOLIS	MA COLINAS	MG BONFINOPOLIS DE
GO APARECIDA DE	MA ESTREITO	MINAS
GOIANIA	MA GOVERNADOR LUIZ	MG BOTUMIRIM
GO CACHOEIRA	ROCHA	MG BRASILIA DE MINAS
DOURADA	MA GOVERNADOR	MG BRUMADINHO
GO CAMPESTRE DE	NUNES FREIRE	MG BURITIS
GOIAS	MA HUMBERTO DE	MG CACHOEIRA DE
GO CAMPINORTE	CAMPOS	MINAS
GO CATALAO	MA IMPERATRIZ	MG CACHOEIRA DE
GO CHAPADAO DO CEU	MA ITAIPAVA DO	PAJEU
GO CIDADE OCIDENTAL	GRAJAU	MG CAMBUI
GO FIRMINOPOLIS	MA ITAPECURU MIRIM	MG CAMBUQUIRA
GO GAMELEIRA DE	MA LAGO DA PEDRA	MG CAMPO BELO
GOIAS	MA LAGOA GRANDE DO	MG CAPITOLIO
GO GOIANIA	MARANHAO	MG CARANDAI
GO GOIATUBA	MA MIRANDA DO NORTE	MG CAREACU
GO HIDROLANDIA	MA MORROS	MG CARMO DA
GO ITAJA	MA NOVA OLINDA DO	CACHOEIRA
GO ITAPACI	MARANHAO	MG CARNEIRINHO
GO JARAGUA	MA PARAIBANO	MG CATAGUASES
GO JATAI	MA PARNARAMA	MG CATUJI
GO LUZIANIA	MA PASSAGEM FRANCA	MG CENTRALINA
GO MAURILANDIA	MA PRESIDENTE MEDICI	MG CHACARA
GO MINEIROS	MA RAPOSA	MG CHAPADA DO NORTE
GO MONTE ALEGRE DE	MA SANTA HELENA	MG CIPOTANEA
GOIAS	MA SANTA QUITERIA DO	MG CLAUDIO
GO MONTIVIDIU	MARANHAO	MG CONCEICAO DA
GO MUTUNOPOLIS	MA SAO BENEDITO DO	APARECIDA
GO NIQUELANDIA	RIO PRETO	MG CONCEICAO DO RIO
GO NOVO BRASIL	MA SAO DOMINGOS DO	VERDE
GO ORIZONA	MARANHAO	MG CONEGO MARINHO
GO PETROLINA DE GOIAS	MA SAO FELIX DE	MG CONGONHAS DO
GO PIRACANJUBA	BALSAS	NORTE
GO PLANALTINA	MA SAO JOAO BATISTA	MG CONSELHEIRO
GO PORANGATU	MA SAO JOSE DE	LAFAIETE
GO RIANAPOLIS	RIBAMAR	MG CONTAGEM
GO RIO VERDE	MA SAO LUIS	MG CORACAO DE JESUS
GO SANTA TEREZA DE	MA SENADOR	MG CORINTO
GOIAS	ALEXANDRE COSTA	MG COROMANDEL
	MA SITIO NOVO	MG CURRAL DE DENTRO

MG DIVINO DAS	MG OURO FINO	MG UBERABA
LARANJEIRAS	MG OURO PRETO	MG UBERLANDIA
MG DOM CAVATI	MG PAPAGAIOS	MG VARZEA DA PALMA
MG DORES DO INDAIA	MG PARACATU	MG VARZELANDIA
MG DORESOPOLIS	MG PASSOS	MG VICOSA
MG ELOI MENDES	MG PATROCINIO	MG VIRGINOPOLIS
MG ENGENHEIRO	MG PECANHA	MS ALCINOPOLIS
NAVARRO	MG PEDRA BONITA	MS AMAMBAI
MG EIVALIA	MG PEDRAS DE MARIA	MS CAMPO GRANDE
MG ESMERALDAS	DA CRUZ	MS CASSILANDIA
MG ESPERA FELIZ	MG PEQUI	MS CHAPADAO DO SUL
MG FERVEDOURO	MG PIEDADE DE PONTE	MS CORUMBA
MG FORMIGA	NOVA	MS DOURADOS
MG FORMOSO	MG PIRAPORA	MS GLORIA DE
MG GAMELEIRAS	MG POCOS DE CALDAS	DOURADOS
MG GOVERNADOR	MG PONTE NOVA	MS JARDIM
VALADARES	MG PORTEIRINHA	MS JATEI
MG GUARARA	MG POUSO ALEGRE	MS NAVIRAI
MG GUAXUPE	MG PRATAPOLIS	MS PARANAIBA
MG IBIA	MG PRESIDENTE	MS PARANHOS
MG IBIRITE	BERNARDES	MS RIO BRILHANTE
MG IGARAPE	MG PRESIDENTE	MS TRES LAGOAS
MG ITACARAMBI	KUBITSCHKE	MT APIACAS
MG ITAMARANDIBA	MG PRUDENTE DE	MT ARENAPOLIS
MG ITAMOGI	MORAIS	MT CACERES
MG ITANHOMI	MG RESPLENDOR	MT CANABRAVA DO
MG ITAPECERICA	MG RIBEIRAO DAS NEVES	NORTE
MG ITUIUTABA	MG RIO CASCA	MT CANARANA
MG JACUI	MG SABARA	MT CHAPADA DOS
MG JAMPRUCA	MG SANTA MARGARIDA	GUIMARAES
MG JOAO MONLEVADE	MG SANTA RITA DE	MT COCALINHO
MG JUIZ DE FORA	CALDAS	MT COLIDER
MG JURAMENTO	MG SANTANA DE	MT COMODORO
MG LAGOA GRANDE	PIRAPAMA	MT CONFRESA
MG LAGOA SANTA	MG SANTANA DO	MT CUIABA
MG LAVRAS	MANHUACU	MT JACIARA
MG LEME DO PRADO	MG SANTO ANTONIO DO	MT LUCAS DO RIO
MG LIMA DUARTE	AMPARO	VERDE
MG MACHADO	MG SANTO ANTONIO DO	MT NOVA LACERDA
MG MADRE DE DEUS DE	RETIRO	MT NOVA MUTUM
MINAS	MG SANTOS DUMONT	MT NOVA SANTA
MG MANGA	MG SAO GONCALO DO	HELENA
MG MAR DE ESPANHA	PARA	MT PARANAITA
MG MARTINHO CAMPOS	MG SAO JOAO DA LAGOA	MT PARANATINGA
MG MATHIAS LOBATO	MG SAO JOAO DEL REI	MT PRIMAVERA DO
MG MONTE AZUL	MG SAO JOAO	LESTE
MG MONTE SANTO DE	NEPOMUCENO	MT RIBEIRAO
MINAS	MG SAO JOAQUIM DE	CASCALHEIRA
MG MONTES CLAROS	BICAS	MT RONDONOPOLIS
MG MURIAE	MG SAPUCAI-MIRIM	MT SAPEZAL
MG NANUQUE	MG SARZEDO	MT SINOP
MG NATERCIA	MG SENADOR AMARAL	MT SORRISO
MG NAZARENO	MG SENADOR FIRMINO	MT TANGARA DA SERRA
MG NINHEIRA	MG SERICITA	MT VARZEA GRANDE
MG NOVA ERA	MG SETE LAGOAS	MT VERA
MG NOVA LIMA	MG TIMOTEO	PA ACARA
MG NOVA MODICA	MG TIRADENTES	PA ALTAMIRA
MG NOVO ORIENTE DE	MG TRES MARIAS	PA ANANINDEUA
MINAS	MG TRES PONTAS	PA AUGUSTO CORREA
MG ORATORIOS	MG TUPACIGUARA	PA BAIAO

PA BELEM	PB SAO JOSE DE CAIANA	PI CORRENTE
PA BENEVIDES	PB SAO MIGUEL DE	PI CURRALINHOS
PA BRAGANCA	TAIPU	PI ESPERANTINA
PA CAMETA	PB SAO SEBASTIAO DE	PI FLORIANO
PA CURIONOPOLIS	LAGOA DE ROCA	PI GUADALUPE
PA CURUA	PB SAO VICENTE DO	PI LUZILANDIA
PA IPIXUNA DO PARA	SERIDO	PI MARCOLANDIA
PA ITAITUBA	PB SAPE	PI MILTON BRANDAO
PA MARABA	PB SOSSEGO	PI NOSSA SENHORA
PA MARITUBA	PB TAPEROA	DOS REMEDIOS
PA MOJU	PE ABREU E LIMA	PI OLHO D AGUA DO
PA NOVO PROGRESSO	PE AMARAJI	PIAUI
PA ORIXIMINA	PE ARARIPINA	PI PALMEIRA DO PIAUI
PA PARAGOMINAS	PE BETANIA	PI PARNAIBA
PA PICARRA	PE CANHOTINHO	PI PICOS
PA PORTEL	PE CARPINA	PI PIO IX
PA SANTA BARBARA DO	PE CARUARU	PI PIRIPIRI
PARA	PE CORTES	PI PORTO ALEGRE DO
PA SANTAREM	PE CUIPIRA	PIAUI
PA TAILANDIA	PE ESCADA	PI REDENCAO DO
PA TRACUATEUA	PE GARANHUNS	GURGUEIA
PA TUCURUI	PE IGARASSU	PI RIO GRANDE DO
PB ALAGOA NOVA	PE IPUBI	PIAUI
PB ALAGOINHA	PE JABOATAO DOS	PI SANTA ROSA DO
PB ARACAGI	GUARARAPES	PIAUI
PB ARARUNA	PE JUPI	PI SANTANA DO PIAUI
PB BARRA DE SANTA	PE JUREMA	PI SAO FRANCISCO DE
ROSA	PE LAGOA DO ITAENGA	ASSIS DO PIAUI
PB BAYEUX	PE LAGOA DOS GATOS	PI SAO FRANCISCO DO
PB BOQUEIRAO	PE MANARI	PIAUI
PB CACIMBA DE AREIA	PE NAZARE DA MATA	PI SAO GONCALO DO
PB CACIMBA DE	PE OLINDA	GURGUEIA
DENTRO	PE PANELAS	PI SAO JOSE DO PEIXE
PB CAJAZEIRAS	PE PAUDALHO	PI SAO JULIAO
PB CAMPINA GRANDE	PE PEDRA	PI TERESINA
PB CURRAL DE CIMA	PE PETROLINA	PI UNIAO
PB ESPERANCA	PE QUIXABA	PR APUCARANA
PB GADO BRAVO	PE RECIFE	PR ARAPONGAS
PB IMACULADA	PE SALGUEIRO	PR ARAPUA
PB JACARAU	PE SAO BENTO DO UNA	PR BANDEIRANTES
PB JOAO PESSOA	PE SAO CAITANO	PR BARRACAO
PB LAGOA SECA	PE SAO JOAO	PR BOA ESPERANCA
PB LIVRAMENTO	PE TRIUNFO	PR BOCAIUVA DO SUL
PB LUCENA	PE VERTENTES	PR BOM SUCESSO DO
PB MARIZOPOLIS	PE VITORIA DE SANTO	SUL
PB MATINHAS	ANTAO	PR CAMPO LARGO
PB NATUBA	PI AGUA BRANCA	PR CANDOI
PB PATOS	PI ALTOS	PR CASCAVEL
PB PICUI	PI ASSUNCAO DO PIAUI	PR CASTRO
PB PILAR	PI BARRAS	PR CENTENARIO DO SUL
PB PRATA	PI BATALHA	PR CHOPINZINHO
PB PUXINANA	PI BELEM DO PIAUI	PR CIANORTE
PB QUEIMADAS	PI BURITI DOS MONTES	PR CLEVELANDIA
PB SANTA CRUZ	PI CAMPINAS DO PIAUI	PR COLOMBO
PB SANTA RITA	PI CAMPO MAIOR	PR CORBELIA
PB SAO BENTINHO	PI CANAVIEIRA	PR CORUMBATAI DO
PB SAO DOMINGOS DE	PI CANTO DO BURITI	SUL
POMBAL	PI CASTELO DO PIAUI	PR CURITIBA
PB SAO JOAO DO RIO DO	PI COIVARAS	PR ENGENHEIRO
PEIXE	PI CORONEL JOSE DIAS	BELTRAO

PR	FOZ DO IGUACU	RJ	CASIMIRO DE ABREU	RO	PIMENTA BUENO
PR	FRANCISCO BELTRAO	RJ	ITABORAI	RO	PORTO VELHO
PR	GENERAL CARNEIRO	RJ	ITAGUAI	RO	SAO FELIPE D OESTE
PR	GOIOXIM	RJ	ITATIAIA	RO	SAO MIGUEL DO
PR	GUARATUBA	RJ	MACAE		GUAPORE
PR	IBIPORA	RJ	MAGE	RO	VILHENA
PR	INACIO MARTINS	RJ	MARICA	RR	AMAJARI
PR	ITAPEJARA D'OESTE	RJ	MENDES	RR	BOA VISTA
PR	JAGUAPITA	RJ	MESQUITA	RR	CARACARAI
PR	JARDIM ALEGRE	RJ	NOVA IGUACU	RR	CAROEBE
PR	JURANDA	RJ	PETROPOLIS	RS	ACEGUA
PR	JUSSARA	RJ	RESENDE	RS	ALMIRANTE
PR	LARANJAL	RJ	RIO DE JANEIRO		TAMANDARE DO SUL
PR	LONDRINA	RJ	SAO JOAO DE MERITI	RS	ALTO ALEGRE
PR	MANDAGUARI	RJ	SAQUAREMA	RS	ALTO FELIZ
PR	MARECHAL CANDIDO	RJ	SEROPEDICA	RS	ALVORADA
	RONDON	RJ	TERESOPOLIS	RS	ARROIO DO PADRE
PR	MARINGA	RN	ACARI	RS	ARROIO DO TIGRE
PR	MARIOPOLIS	RN	ALEXANDRIA	RS	BAGE
PR	MATINHOS	RN	ANTONIO MARTINS	RS	BARAO DO TRIUNFO
PR	MEDIANEIRA	RN	APODI	RS	BARRA DO RIO AZUL
PR	MIRASELVA	RN	BARAUNA	RS	BARRA FUNDA
PR	MISSAL	RN	CANGUARETAMA	RS	BARROS CASSAL
PR	MOREIRA SALES	RN	CARNAUBAIS	RS	BOA VISTA DO INCRA
PR	MUNHOZ DE MELO	RN	CURRAIS NOVOS	RS	BOM JESUS
PR	NOVA FATIMA	RN	DOUTOR SEVERIANO	RS	BUTIA
PR	ORTIGUEIRA	RN	FERNANDO PEDROZA	RS	CACAPAVA DO SUL
PR	OURIZONA	RN	JANDAIRA	RS	CAMARGO
PR	PARANAGUA	RN	JOAO CAMARA	RS	CANGUCU
PR	PARANAVAI	RN	LAJES	RS	CANOAS
PR	PATO BRANCO	RN	LUIS GOMES	RS	CAPAO BONITO DO
PR	PINHAIS	RN	MACAIBA		SUL
PR	PIRAI DO SUL	RN	MAXARANGUAPE	RS	CAPAO DA CANOA
PR	PLANALTINA DO	RN	MONTANHAS	RS	CAPELA DE
	PARANA	RN	MOSSORO		SANTANA
PR	PONTA GROSSA	RN	NATAL	RS	CAXIAS DO SUL
PR	PRUDENTOPOLIS	RN	NOVA CRUZ	RS	CENTENARIO
PR	RIO BRANCO DO SUL	RN	PARNAMIRIM	RS	CERRO BRANCO
PR	RIO NEGRO	RN	PEDRO VELHO	RS	CERRO LARGO
PR	ROSARIO DO IVAI	RN	PRESIDENTE	RS	CHAPADA
PR	SANTA TEREZA DO		JUSCELINO	RS	CHARQUEADAS
	OESTE	RN	RIO DO FOGO	RS	CRUZ ALTA
PR	SANTA TEREZINHA	RN	SAO BENTO DO	RS	DOIS IRMAOS
	DE ITAIPU		TRAIRI	RS	ELDORADO DO SUL
PR	SANTO ANTONIO DO	RN	SAO GONCALO DO	RS	ENGENHO VELHO
	SUDOESTE		AMARANTE	RS	ENTRE-IJUIS
PR	SAO JOAO DO	RN	SAO JOSE DO VALE	RS	ERVAL SECO
	TRIUNFO		DO RIO PRETO	RS	ESTACAO
PR	SAO JOSE DOS	RN	SAO MIGUEL	RS	ESTANCIA VELHA
	PINHAIS	RN	SENADOR GEORGINO	RS	ESTEIO
PR	SAO MATEUS DO SUL		AVELINO	RS	FLORES DA CUNHA
PR	SARANDI	RN	TOUROS	RS	FREDERICO
PR	TERRA ROXA	RN	TRIUNFO POTIGUAR		WESTPHALEN
PR	TOLEDO	RN	VARZEA	RS	GAURAMA
PR	TRES BARRAS DO	RO	ALVORADA D'OESTE	RS	GENTIL
	PARANA	RO	ARIQUEMES	RS	GETULIO VARGAS
PR	UBIRATA	RO	CACOAL	RS	GRAMADO
PR	UNIAO DA VITORIA	RO	JARU	RS	GRAMADO DOS
PR	WENCESLAU BRAZ	RO	NOVA BRASILANDIA		LOUREIROS
RJ	BARRA MANSA		D'OESTE	RS	GUAIBA

RS	IGREJINHA	SC	CONCORDIA	SE	TOBIAS BARRETO
RS	ITAARA	SC	CORUPA	SP	ALUMINIO
RS	IVOTI	SC	CRICIUMA	SP	AMERICANA
RS	LAJEADO DO BUGRE	SC	FLORIANOPOLIS	SP	ANGATUBA
RS	MARCELINO RAMOS	SC	GARUVA	SP	APIAI
RS	MULITERNO	SC	GASPAR	SP	ATIBAIA
RS	NOVA BRESCIA	SC	GUABIRUBA	SP	BARUERI
RS	NOVO HAMBURGO	SC	ICARA	SP	CAMPINAS
RS	PAIM FILHO	SC	INDAIAL	SP	CAMPOS DO JORDAO
RS	PALMARES DO SUL	SC	IRANI	SP	CARAPICUIBA
RS	PAROBE	SC	IRATI	SP	CATANDUVA
RS	PASSO FUNDO	SC	IRINEOPOLIS	SP	CEDRAL
RS	PELOTAS	SC	ITAJAI	SP	CERQUILHO
RS	PIRAPO	SC	ITAPEMA	SP	CLEMENTINA
RS	PORTO ALEGRE	SC	JARAGUA DO SUL	SP	CONCHAL
RS	PORTO VERA CRUZ	SC	JOINVILLE	SP	COSMOPOLIS
RS	QUEVEDOS	SC	LAGUNA	SP	COTIA
RS	RESTINGA SECA	SC	LUIZ ALVES	SP	CRAVINHOS
RS	SANTA MARIA	SC	LUZERNA	SP	CRUZALIA
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	SC	MACIEIRA	SP	CUBATAO
RS	SANTANA DO LIVRAMENTO	SC	MARAVILHA	SP	EMBAUBA
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	SC	NAVEGANTES	SP	EMBU
RS	SANTO AUGUSTO	SC	OURO VERDE	SP	FRANCISCO MORATO
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	SC	PALHOCA	SP	FRANCO DA ROCHA
RS	SAO LEOPOLDO	SC	PENHA	SP	GUARARAPES
RS	SAO MARTINHO	SC	RIO DOS CEDROS	SP	GUARIBA
RS	SAO VICENTE DO SUL	SC	RIO NEGRINHO	SP	GUARUJA
RS	SAPIRANGA	SC	SAO BENTO DO SUL	SP	GUARULHOS
RS	SOBRADINHO	SC	SAO JOSE	SP	IACANGA
RS	TAQUARA	SC	SAO MIGUEL DO OESTE	SP	IGUAPE
RS	TERRA DE AREIA	SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	SP	ILHA COMPRIDA
RS	TOROPI	SC	SERRA ALTA	SP	INDAIATUBA
RS	TRINDADE DO SUL	SC	SIDEROPOLIS	SP	IPORANGA
RS	TUPANCIRETA	SC	TAIO	SP	IRAPURU
RS	TUPANDI	SC	TIJUCAS	SP	ITAPECERICA DA SERRA
RS	URUGUAIANA	SC	TIMBE DO SUL	SP	ITAPETININGA
RS	VACARIA	SC	TUBARAO	SP	ITAPEVA
RS	VALE DO SOL	SC	URUPEMA	SP	ITAPIRA
RS	VENANCIO AIRES	SC	XAXIM	SP	ITAQUAQUECETUBA
RS	VIAMAO	SC	ZORTEA	SP	ITARARE
RS	VILA LANGARO	SE	ARACAJU	SP	ITATIBA
RS	WESTFALIA	SE	ARAUA	SP	JACAREI
SC	AGRONOMICA	SE	BOQUIM	SP	JANDIRA
SC	ALFREDO WAGNER	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	SP	LENCOIS PAULISTA
SC	ARARANGUA	SE	ESTANCIA	SP	LIMEIRA
SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	SE	ITAPORANGA	SP	LOUVEIRA
SC	BALNEARIO CAMBORIU	SE	D'AJUDA	SP	MAIRINQUE
SC	BLUMENAU	SE	LAGARTO	SP	MAIRIPORA
SC	BRACO DO NORTE	SE	LARANJEIRAS	SP	MARABA PAULISTA
SC	CACADOR	SE	MARUIM	SP	MARILIA
SC	CALMON	SE	MOITA BONITA	SP	MAUA
SC	CAMPO ALEGRE	SE	MONTE BONITA	SP	MOGI DAS CRUZES
SC	CAPAO ALTO	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	SP	MONTE AZUL
SC	CHAPECO	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	SP	MONTE MOR
		SE	PINHAO	SP	ONDA VERDE
		SE	POCO REDONDO	SP	OSASCO
				SP	OUROESTE
				SP	PANORAMA

SP PATROCINIO PAULISTA	SP SAO BERNARDO DO CAMPO	TO AXIXA DO TOCANTINS
SP PEDERNEIRAS	SP SAO CAETANO DO SUL	TO BERNARDO SAYAO
SP PEDRO DE TOLEDO	SP SAO JOSE DO RIO PARDO	TO CACHOEIRINHA
SP PENAPOLIS	SP SAO JOSE DO RIO PRETO	TO CENTENARIO
SP PIEDADE	SP SAO MANUEL	TO COUTO DE MAGALHAES
SP PINDAMONHANGABA	SP SAO PAULO	TO DUERE
SP PIQUEROBI	SP SAO ROQUE	TO GOIATINS
SP PIRACICABA	SP SAO VICENTE	TO GUARAI
SP PORTO FERREIRA	SP SEVERINIA	TO GURUPI
SP PRATANIA	SP SOROCABA	TO ITACAJA
SP PRESIDENTE BERNARDES	SP SUMARE	TO JAU DO TOCANTINS
SP PRESIDENTE EPITACIO	SP SUZANO	TO LIZARDA
SP PRESIDENTE PRUDENTE	SP TABOAO DA SERRA	TO MARIANOPOLIS DO TOCANTINS
SP REGENTE FEIJO	SP TAQUARITINGA	TO MAURILANDIA DO TOCANTINS
SP REGISTRO	SP TORRINHA	TO MONTE SANTO DO TOCANTINS
SP RIBEIRAO PIRES	SP TUIUTI	TO PALMAS
SP RIBEIRAO PRETO	SP UBATUBA	TO PARANA
SP SALTO	SP UCHOA	TO PORTO ALEGRE DO TOCANTINS
SP SANTA ADELIA	SP VARZEA PAULISTA	TO PORTO NACIONAL
SP SANTANA DE PARNAIBA	SP VERA CRUZ	TO SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS
SP SANTO ANDRE	SP VOTORANTIM	TO PORTO NACIONAL
SP SANTO ANTONIO DE POSSE	SP VOTUPORANGA	TO SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS
SP SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	TO ABREULANDIA	TO SITIO NOVO DO TOCANTINS
SP SANTOS	TO ANANAS	TO WANDERLANDIA
	TO ARAGUAINA	
	TO ARAGUANA	

ANEXO 2 – Amostra inicial e final da pesquisa

UF	Amostra Inicial	Amostra Final	Diferença	Cobertura Amostra Final (%)
RO	10	4	6	40,00%
AC	5	1	4	20,00%
AM	12	1	11	8,33%
RR	4	2	2	50,00%
PA	26	4	22	15,38%
AP	4	0	4	0,00%
TO	26	6	20	23,08%
MA	39	1	38	2,56%
PI	40	4	36	10,00%
CE	34	11	23	32,35%
RN	31	4	27	12,90%
PB	41	2	39	4,88%
PE	34	6	28	17,65%
AL	19	4	15	21,05%
SE	15	1	14	6,67%
BA	75	13	62	17,33%
MG	151	29	122	19,21%
ES	15	4	11	26,67%
RJ	18	9	9	50,00%
SP	106	31	75	29,25%
PR	72	21	51	29,17%
SC	52	26	26	50,00%
RS	87	17	70	19,54%
MS	15	7	8	46,67%
MT	26	3	23	11,54%
GO	43	13	30	30,23%
Total	1000	224	776	22,40%

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/ Undime.

Anexo 3 – Estimativa por Região

Tabela 1 – Estimativa de valor por aluno das redes municipais Região Norte 2009

Etapa ou modalidade	Custo per capita (R\$)	Erro padrão (R\$)	Coefficiente de variação
Creche	*	*	*
Pré-Escola	1.710,27	328,79	,19
Educação Infantil	1.801,53	277,13	,15
Fundamental Inicial	2.554,90	471,12	,18
Fundamental Final	2.998,45	297,41	,10
Ensino Fundamental	2.676,69	419,29	,16
EJA	*	*	*

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/Undime.

Tabela 2 – Estimativa de valor por aluno das redes municipais Região Nordeste 2009

Etapa ou modalidade	Custo per capita (R\$)	Erro padrão (R\$)	Coefficiente de variação
Creche	1.876,89	225,61	,12
Pré-Escola	1.531,56	194,82	,13
Educação Infantil	1.605,48	152,08	,09
Fundamental Inicial	1.948,80	182,80	,09
Fundamental Final	2.276,16	204,78	,09
Ensino Fundamental	2.034,89	183,32	,09
EJA	1.075,83	153,20	,14

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/Undime.

Tabela 3 – Estimativa de valor por aluno das redes municipais Região Centro-Oeste 2009

Etapa ou modalidade	Custo per capita (R\$)	Erro padrão (R\$)	Coefficiente de variação
Creche	3.092,80	323,95	,10
Pré-Escola	2.384,12	452,87	,19
Educação Infantil	2.563,07	395,42	,15
Fundamental Inicial	3.048,21	384,17	,13
Fundamental Final	3.000,04	120,34	,04
Ensino Fundamental	2.987,51	248,81	,08
EJA	2.417,91	497,76	,21

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/Undime.

Tabela 4 – Estimativa de valor por aluno das redes municipais Região Sudeste 2009

Etapa ou modalidade	Custo per capita (R\$)	Erro padrão (R\$)	Coefficiente de variação
Creche	8.272,43	1.372,93	,17
Pré-Escola	3.757,21	462,22	,12
Educação Infantil	4.971,26	302,86	,06
Fundamental Inicial	3.649,11	186,54	,05
Fundamental Final	4.322,81	278,35	,06
Ensino Fundamental	3.897,77	213,73	,05
EJA	2.778,52	306,59	,11

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/Undime.

Tabela 5 – Estimativa de valor por aluno das redes municipais Região Sul 2009

Etapa ou modalidade	Custo per capita (R\$)	Erro padrão (R\$)	Coefficiente de variação
Creche	5.835,42	909,96	,16
Pré-Escola	4.461,54	1.006,32	,23
Educação Infantil	4.688,83	524,74	,11
Fundamental Inicial	3.586,73	344,77	,10
Fundamental Final	3.673,78	263,84	,07
Ensino Fundamental	3.582,99	334,68	,09
EJA	2.369,89	395,00	,17

Fonte: Banco de dados da pesquisa Perfil dos Gastos Educacionais nos Municípios Brasileiros – Ano base: 2009/Undime.

ANEXO 4 – Texto de apresentação da pesquisa

Senhor (a) Dirigente,

Um dos principais debates ocorridos na Conae foi o financiamento da Educação Básica. Dentre as suas deliberações se encontra a proposta de rediscussão dos fatores de ponderação que redistribuem os recursos do Fundeb, pois a Conferência considerou que o formato atual não corresponde ao custo real por aluno em cada etapa e modalidade.

A Undime comunga deste diagnóstico e todos os dirigentes municipais de educação vivenciam os efeitos da distorção da repartição de recursos do Fundeb, em que a educação infantil é a mais prejudicada.

Hoje em dia está disponível uma importante ferramenta de pesquisa para identificar qual o valor por aluno efetivamente realizado em cada município brasileiro: o Siope - sistema em que são depositadas informações de receita e despesa educacionais.

Contudo, da forma como são prestadas as informações pelos municípios não é possível ter segurança sobre o valor por aluno por etapa encontrado. Isso acontece pela existência de distorções na forma de lançamento contábil dos dados, na maioria das vezes agrupados indevidamente no ensino fundamental, mesmo quando são efetivamente gastos da educação infantil.

Além disso, os orçamentos municipais também não estão desmembrados da mesma forma que o recurso é distribuído pelo Fundeb.

A Undime, em parceria com a Fundação Itaú Social e o Unicef, está realizando uma pesquisa nacional para identificar o gasto real na esfera municipal nas principais etapas e modalidades. O objetivo é contribuir com o desafio de aprimorar os dados declarados pelos municípios, trabalhando com os dados disponíveis, verificando os dados em sua fonte primária (as secretarias municipais), analisando o perfil do gasto municipal e determinando o valor por aluno municipal da Educação Básica.

A Undime pretende encontrar o gasto real de Creche, Pré-escola, séries iniciais e finais do ensino fundamental e de educação de jovens e adultos.

Para que esse objetivo seja alcançado é fundamental o seu apoio, garantindo que o formulário da pesquisa seja preenchido da maneira mais próxima da realidade dos gastos do seu município.

Para facilitar o fornecimento das informações necessárias, há três formatos de participação do dirigente municipal:

1º. preenchimento pelo Portal da Undime: para acessar o sistema da pesquisa, acesse a página <http://www.undime.org/pesquisaperfil/>

Seu nome de usuário é []

Sua senha é []

2º. preenchimento de planilha em:

http://www.undime.org/pesquisaperfil/planilha_respostas.xls

Após obter o arquivo, a planilha deve ser completada e encaminhada para pesquisa@undime.org.br.

3º. preenchimento de planilha impressa: o documento anexo deve ser encaminhado para o seguinte endereço:

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime

Pesquisa sobre Perfil dos Gastos Educacionais

SCS Quadra 6 - Edifício Carioca - Sala 612

Brasília – Distrito Federal

CEP: 70306-000

O prazo para devolução dos formulários foi prorrogado para o dia 15 de outubro de 2010, em qualquer um dos formatos. É muito importante que seja designado um servidor de sua Secretaria para o preenchimento do material. Para solucionar quaisquer dúvidas com o preenchimento do formulário, no período da pesquisa o contato poderá ser feito pelo endereço eletrônico: pesquisa@undime.org.br e pelos seguintes telefones:

61 3323-6855

61 3226-3509

61 3323-6684

61 3321-0642

61 3223-9643

61 3323-1355

A Undime utilizará as informações declaradas exclusivamente para o objeto da presente pesquisa.

Uma observação importante. Para evitar uma subdeclaração dos dados nas etapas e modalidades a Undime decidiu utilizar, como parâmetro mínimo de gasto, o valor que foi

repassado para cada município via o Fundeb no ano de 2009, para as etapas e modalidades pesquisadas. Assim, caso no lançamento dos dados de seu município algum valor total fique abaixo dos números informados a seguir, recomenda-se verificar se não existe algum problema.

Valores recebidos em 2009:

Creche - []

Pré-escola – []

Séries Iniciais – []

Séries Finais – []

Educação integral - []

Educação de Jovens e Adultos - []

A sua participação é decisiva para o sucesso desta pesquisa, contribuindo para que a Undime possa, em melhores condições, negociar com os governos estaduais e o futuro governo federal a revisão dos fatores de ponderação de distribuição dos recursos do Fundeb.

Atenciosamente,

CARLOS EDUARDO SANCHES
Dirigente Municipal de Educação de Castro/ PR
Presidente da Undime

ANEXO 5 – Instrumento de pesquisa

1 - Atualizar dados

Inicialmente solicitamos que sejam confirmados os dados de identificação da Secretaria Municipal de Educação, medida que visa a atualizar o cadastro que a Undime possui e também facilitar a verificação dos dados no decorrer da pesquisa.

Somente inicie o preenchimento das planilhas da pesquisa após ter confirmado os seus dados cadastrais.

Secretaria de Educação	
Nome do secretário de educação	
Endereço eletrônico secretaria	
CNPJ da secretaria de educação (Somente os números)	
CEP da secretaria de educação (Somente os números)	
Endereço da secretaria de educação	
Bairro	
Complemento	
Deseja informar alguma observação? (opcional)	

2 - Preencher as planilhas

São três planilhas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Cada planilha é composta por vários campos. Nestes espaços deverão ser lançados os valores anuais aplicados em cada uma das rubricas orçamentárias indicadas.

Porém, diferentemente das declarações fornecidas pela contabilidade da Prefeitura, a pesquisa solicita que os dados sejam desmembrados pelas etapas citadas acima.

Isso quer dizer que a Secretaria, caso não o faça, precisará dividir os gastos. Exemplo disso é o gasto com pessoal da educação infantil, que precisa ser lançado em Creche e Pré-escola, não somente o valor da folha, mas também os encargos patronais efetuados.

3 - Cuidar com o declarado

Cada Secretaria utiliza recursos oriundos do Fundeb, do percentual das transferências constitucionais não vinculadas ao fundo e dos recursos próprios para arcar com as despesas cotidianas. Apesar de o Fundeb repartir os recursos por meio do número de alunos matriculados no censo do ano anterior, não existe exigência legal para que a totalidade destes recursos seja utilizada exatamente naquela etapa ou modalidade.

Porém, é razoável supor que os gastos finais sejam próximos ou superiores aos valores recebidos, especialmente na educação infantil. Por isso, caso o valor declarado no total de

gasto em cada etapa investigada nesta pesquisa seja inferior ao montante recebido via o Fundeb, aparecerá uma mensagem perguntando se o respondente confirma a informação.

EDUCAÇÃO INFANTIL			
	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	TOTAL
Pessoal civil	-	-	-
Obrigações patronais	-	-	-
Outras despesas variáveis com pessoal	-	-	-
Subtotal	-	-	-
Material de Consumo	-	-	-
Outros serviços e encargos	-	-	-
Subvenções sociais	-	-	-
Alimentação escolar	-	-	-
Transporte escolar	-	-	-
Subtotal	-	-	-
Obras e instalações	-	-	-
Equipamento e material permanente	-	-	-
Subtotal	-	-	-
TOTAL	-	-	-

ENSINO FUNDAMENTAL				
	SÉRIES INICIAIS	SÉRIES FINAIS	INTEGRAL	TOTAL
Pessoal civil	-	-	-	-
Obrigações patronais	-	-	-	-
Outras despesas variáveis com pessoal	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-
Material de consumo	-	-	-	-
Outros serviços e encargos	-	-	-	-
Subvenções sociais	-	-	-	-
Alimentação escolar	-	-	-	-
Transporte escolar	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-
Obras e instalações	-	-	-	-
Equipamento e material permanente	-	-	-	-
Sub-total	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
	EJA
Pessoal civil	-
Obrigações patronais	-
Outras despesas variáveis com pessoal	-
Subtotal	-
Material de consumo	-
Outros serviços e encargos	-
Subvenções sociais	-
Alimentação escolar	-
Transporte	-
Subtotal	-
Obras e instalações	-
Equipamento e material permanente.	-
Subtotal	-
TOTAL	-

4 - Dúvidas

A Undime contará com uma equipe de pesquisadores para retirar qualquer dúvida que apareça durante o preenchimento das planilhas. Isso poderá ser feito por meio eletrônico (undimenacional@undime.org.br) ou telefônico (61 3037 7888).